



Anais da Assembléia

N. 139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO, DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 119.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1987.
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Acyr Mezzadri e Nereu Carlos Massignan.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pestuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Haroldo Rodrigues Ferreira e Pedro Tonelli (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Rogério Carvalho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação de Redação Final dos Projetos de Lei e de Resolução, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, aprovados em 3.^a discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação, em conformidade com o disposto no § único do Artigo 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 116/86.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 329/87.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 52/87, que autoriza a realização de plebiscito entre os moradores do Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo, com o objetivo de sua emancipação.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER a retirada da Ordem do Dia de hoje, a 1.ª Discussão do Projeto de Lei nº 003/87, de sua autoria, bem como solicito seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 311/87, de sua autoria, que denomina Darcy Borges da Silveira, a Rodovia PR- 427.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o retorno do Projeto de Lei nº 329/87, à C.C.J. para o reexame da matéria.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Armando Canavarro Filho, ocorrido em data de hoje na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Armando Canavarro Filho, Advogado, deixando como patrimônio aos 51 anos de idade, o esforço e dedicação ao trabalho, bem como o exemplo de honradez que sempre marcou sua vida.

Deixa viúva a Senhora Maria Clair e 3 filhos.

O desaparecimento entristeceu a comunidade Guarapuavana, onde possuía entretidas ligações e era admirado pela sua conduta de homem de bem.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dado ciência a família enlutada, sito à Rua Saldanha Marinho, 1786, em Guarapuava.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata de Voto de Congratulações ao Município de Marmeleiro, pelo transcurso da data de sua emancipação política e administrativa no dia 25 de novembro, oficiando-se a Sua Excelência, Prefeito Municipal, o registro dessa homenagem.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Marmeleiro representa uma conquista dos pioneiros que instalaram o primeiro povoado no entroncamento natural que demandava para a fronteira com a Argentina e com a sede da Colônia Agrícola General Osório - que colonizou as margens do Rio Marrecas, e deu origem ao Município de Francisco Beltrão.

Embora a proximidade com a Canga, os povoadores do que viria a ser o Município de Marmeleiro nunca abdicaram da sua personalidade local e, com justificada altivez, organizaram a produção, implementaram

o entroncamento e conseguiram o buscad reconhecimento que culminou com a conquista da emancipação política, social e administrativa, outorgada nos termos da Lei nº 4.245, de 25 de julho de 1960.

Ao júbilo da incansável população de Marmeleiro, juntamos o nosso abraço penhorado pelo muito que está sendo realizado naquele Município a que fazemos votos se junte o de todos os Deputados Estaduais, dignos Pares desta Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no gozo de seus direitos regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de Louvor aos funcionários desta Casa de Leis, Murilo Sérgio Joaquim, Ademir Antônio dos Santos e Narciso Assumpção, para que conste em suas fichas funcionais, pela participação e colaboração no Seminário de Reflorestamento do Noroeste do Paraná, evento este ocorrido no dia 20, próximo passado, no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Carlos Jorge Hauly, Secretário de Estado das Finanças, solicitando a construção de um prédio em alvenaria, destinado a abrigar a Agência de Rendas do Município de Cruzeiro do Sul.

O Município necessita de tal construção, tendo em vista que a Agência de Rendas de Cruzeiro do Sul, está alocada em prédio de madeira, onde funciona em caráter precário, pois, tal edificação não oferece sequer condições de segurança, tanto para funcionários como para contribuintes.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, indicando a necessidade de ligar o Distrito de Jacaré - Município de Francisco Beltrão, ao novo traçado da estrada Francisco Beltrão - Itapejara do Oeste, solicitando, respeitosamente, seja aquela localidade incluída no Programa Pavimentação de estradas com Pedras Irregulares, imple-

mentado pelo Governador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O populoso Distrito administrativo de Jacaré, distante do centro urbano de Francisco Beltrão cerca de 8 km, sempre ocupou posição de vanguarda entre as localidades de vultosa produção agrícola e pecuária.

A sede desse Distrito se localiza a apenas 2 km do traçado em pavimentação asfáltica da estrada Francisco Beltrão- Itapejara do Oeste e por sua importância econômica para o Município, justifica-se plenamente o pleito, ora levado ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, pois embora com a nova ligação não se observe grandes mudanças na distância entre a localidade e a sede do Município, o trajeto pavimentado proporcionará extraordinária economia de tempo, além da desejada segurança ao tráfego, o que esperamos possa ser considerado para a boa acolhida do presente pedido, a que agradecemos em nome da população local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico na Inspeção Regional do Ensino do Município de Alto Paraná, que funciona na Escola Estadual Estella Maris.

Sala das Sessões, 24.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Raphael de Almeida Magalhães, digníssimo Ministro da Previdência Social, no sentido de estudo para viabilizar melhoria na aposentadoria do trabalhador rural.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Vereadores, Nelson Sagiorato, Dr. Massachi Mariushi e Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal. (Câmara Municipal de Umuarama).

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o trabalhador rural percebe um pouco mais de Cz\$ 900,00, pela sua aposentadoria, sendo insuficiente para seu sustento, necessitando que a sua aposentadoria alcance pelo menos 2 salários míni-

mos para sua subsistência.

Esta reivindicação, é tão somente dar ao aposentado rural que tantos serviços prestou à Nação, o devido valor e reconhecimento pelos longos anos de trabalho árduo prestado, e hoje tão desprestigiado, esquecido e injustiçado por nossos governantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes - Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando apoio do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., no sentido de liberar e fornecer material pré-misturado, para execução de uma operação de recuperação de pavimentação na sede do Município de Quitandinha, inclusive para a Praça da Capela da localidade de Cachoeira do Ipanema.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes - Dr. Heinz Gorge Herwig, solicitando a viabilidade de mandar executar as obras de pavimentação asfáltica na estrada estadual que liga o Município de Quitandinha ao Município de Contenda, via Distrito de Catanduvas.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato de que as obras de terraplenagem do referido trecho foram concluídas, e este benefício virá atender antiga reivindicação da população da Região, e constatando-se a necessidade que esta obra REQUER, trazendo incentivo ao setor agrícola, que é altamente explorado na área por pequenos e médios produtores, o que, por consequência, irá beneficiar as regiões circunvizinhas, gerando divisas e tributos.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social - Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando estudos de viabilidade de construção de um Mini-Posto de Saúde na localida-

de de Descoberto, Município de Quitandinha.

Fundamentada na população carente moradora da Região, esta solicitação justifica-se plenamente pois a criação de um Mini-Posto de Saúde é de extrema necessidade para o atendimento emergencial, evitando o deslocamento para a sede do Município, dificultosa e demorada.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública - Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a construção de módulos policiais (mini-delegacias), nas localidades de Cerrinho, Cachoeira de Ipanema e Doce Grande, no Município de Quitandinha.

Tal solicitação justifica-se plenamente, por ser preocupante a situação que se encontram as localidades mencionadas, principalmente levando-se em conta que a segurança é fundamental para a tranquilidade da comunidade, para poder viver e produzir, sem estar permanentemente sobressaltada pela ação dos marginais.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Saúde e Bem-Estar Social - Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando a construção de 01 Mini-Posto de Saúde, na localidade denominada Cerrinho e na localidade de Cai de Baixo (divisa com Mandirituba) no Município de Quitandinha.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois vem ao encontro da antiga reivindicação da população daquelas regiões e que viria dar atendimento de suma importância às pessoas carentes que evitariam um deslocamento maior a outros postos de atendimento distantes de suas residências.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, digníssimo Secretário de Es-

tado da Educação, solicitando urgentes providências junto aos órgãos competentes, no sentido de que seja procedida a reforma no Colégio Estadual "Padre Cirilo", no Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1959, até o ano de 1977 o Colégio Estadual "Padre Cirilo" funcionou em prédio de madeira, de propriedade de um grupo de freiras, o qual foi demolido em 1978, quando então construiu-se outro em alvenaria, que até hoje abriga o referido Colégio.

Atualmente, estudam nesse estabelecimento 365 alunos da 1.ª a 4.ª séries; 641 alunos da 5.ª a 8.ª séries; 27 alunos no pré-escolar e mais 3 em sala especial, tendo à disposição apenas 12 salas de aula, uma secretaria, cantina e banheiros, além de uma pequena área coberta.

Necessária e urgente se faz uma reforma no prédio do Colégio Padre Cirilo, especialmente no que se refere à cobertura entre os dois blocos, objetivando ampliar a área de lazer, bem como a cobertura da quadra de esportes, vez que tanto o sol forte, como os dias chuvosos impossibilitam a prática da educação física.

Outrossim, são necessárias pelo menos mais 2 (duas) salas de aula, uma biblioteca e ampliação da cantina, além da construção de um muro em volta do terreno do Colégio, visando maior segurança aos estudantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura - Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a viabilidade de construção de uma sala de aula, na localidade de Ribeirão Vermelho, Município de Quitandinha.

Tal solicitação justifica-se plenamente, tendo em vista que o terreno a ser implantada a sala de aula foi doado pela comunidade através do Senhor Rufino Gonçalves da Silva, que atendendo a reivindicação dos moradores da região, para tranquilidade dos pais de alunos que se deslocam a grandes distâncias para estudar pondo em risco a sua própria segurança.

REQUEIRO, ainda, que cópia deste expediente seja encaminhada ao Vereador Sinezio Batista dos Santos - Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação - Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a viabilidade de ampliação em mais uma sala de aula, na Escola Rural Municipal Nova Descoberta, em Quitandinha.

Tal solicitação fundamenta-se em justas razões, pois a Escola está situada numa região de grande densidade de alunos, atendendo as localidades de Descoberto e Ribeirão Vermelho, e que segundo reivindicação dos moradores daquela região, os alunos lá residentes são obrigados a se deslocar grandes distâncias de suas residências, pondo em risco a sua segurança e gerando intranquilidade aos pais.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação - Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando estudos para a construção de um Grupo Escolar na Vila Prado, perímetro urbano do Município de Quitandinha.

O pedido em questão está pautado através do empenho da população estudantil e seus familiares, que evidenciam a premente necessidade da extensão desse tipo de benefício à região.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Mario Lopes dos Santos, solicitando que o Município de Marialva seja elavado de Comarca Inicial, para Comarca Intermediária.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José

Sarney, sugerindo, venha o mesmo a determinar a realização de plebiscito nacional, através do qual se fará ampla consulta à Nação brasileira, sobre o sistema de governo a vigor após o advento da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Lauro Lobo Alcântara, Sabino Campos, Nelson Vasconcellos, Djalma de Almeida César, Nilton Barbosa, Homero Oguido, Domingos Sacarpellini, Alexandre Ceranto, Anibal Khury, Erondy Silvério, Valderi Mendes Vilela, Artagão Mattos Leão, Nestor Baptista, Basílio Zanusso, Algaci Túlio, José Alves, José Felinto, Raul Lopes, Ferrari Júnior, Ezequias Losso, Pedro Tonelli, Orlando Pessuti, David Cheriegate, Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

A mais simples definição de democracia, afirma de forma tácita e categórica, que é o sistema de governo do povo para o povo.

Lamentavelmente, tem sido farto, magante e nada gratificante ao povo o acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que além da morosidade com que ali vem se desenvolvendo os trabalhos, a indefinição no que tange ao sistema de governo que deverá prevalecer após o encerramento dos trabalhos da mesma, deixa a todos nós cidadãos brasileiros incrédulos e decepcionados com as perspectivas que se nos apresentam.

Deixando de lado questões de relevância, de real interesse do povo e da Nação brasileira, litigam grupos e facções políticas, apenas no que diz respeito a problemas canalizados e orientados por interesses pessoais ou de grupos.

Temos certeza de que, se realmente vier o Senhor Presidente da República, atendendo a sugestão que ora fazemos, determinar a realização de plebiscito de consulta ampla à Nação, sob o sistema de governo, contribuirá de forma decisiva para que a Assembléia Nacional Constituinte venha realmente cumprir os destinos e finalidades a que foi eleita, além de colocar um ponto final na questão pertinente ao Sistema de Governo de forma definitiva, e o que é mais importante através da efetiva consolidação da democracia, uma vez que, a vontade da maioria estará expressa de maneira incontestável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obede-

cendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido nos trabalhos da presente sessão, o registro em sua íntegra, da matéria publicada pelo jornal "O Estado do Paraná" editada no dia 22 de novembro de 1987, tendo em vista os esclarecimentos que a mesma faz em relação ao regime de Governo que no momento, seria melhor aplicado no Brasil.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Empresário na Presidência" a melhor opção, assinado pelo senhor Glaúcio Geara e publicado no Jornal "Gazeta Mercantil", no dia 21 de novembro transato.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja incluída nos Anais desta Casa de Leis, a matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo", do dia 23 do corrente que teve por título: "Quanto custa o Parlamento aberto?", de autoria do Jornalista "Antônio Carlos Lacerda", baseado na frase do ex-deputado Emílio Carazzai: "Sempre haverá quem pague o dobro para mantê-lo fechado".

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Após passar 5 legislaturas e dedicar integralmente sua vida à função pública, o ex-Deputado Emílio Carazzai, possui alta moral para afirmar o que declara na frase comentada no artigo do Jornalista "Antônio Carlos Lacerda".

Cobre-se de razão o ex-Deputado Emílio Carazzai, ao intuir na frase citada, que o Parlamento custa muito mais ao povo, se fechado sob os interesses espúrios do autoritarismo, seja de esquerda ou de direita.

Na experiência do povo brasileiro, nos sombrios anos da ditadura militar, evidenciou-se que a castração do Parlamento, está nos custando hoje mais de 100 bilhões de dólares de dívida externa.

Portanto, se o Parlamento fechado gera economia para alguém, certamente não será para o povo brasileiro, por mais altos que

sejam os vencimentos dos Parlamentares.

A Democracia e a sua estabilidade, dependem do fortalecimento do Poder Legislativo, e é ainda o único caminho racional e humano que nos resta.

Projetos de Lei:

PROJETOS DE LEI N. 354/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, resultante da incorporação das Faculdades: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas;

Art. 2º - A Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, constituir-se-á em Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, personalidade e capacidade jurídica próprias, autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar, com as exceções de que trata esta lei.

Art. 3º - A Universidade Estadual do Vale do Iguaçu será dirigida por um Reitor e cada Faculdade por um Diretor, eleitos, o reitor por um Colégio Eleitoral que assegure igualdade de valor de votos para cada uma das Faculdades; e o Diretor pela respectiva Faculdade;

Parágrafo Único - Deverá ser obedecida a Legislação Estadual que trata da composição do Colégio Eleitoral;

Art. 4º - Os mandatos de Reitor e Diretores serão de 4 anos, vedadas duas eleições consecutivas;

Art. 5º - Para a criação de novos cursos e faculdades, será indispensável a autorização prévia do poder Executivo, obedecendo as normas vigentes;

Art. 6º - Para proceder às medidas de incorporação das Faculdades na nova Universidade, será constituída uma comissão instituidora composta pelos Diretores das Faculdades incorporadas, bem como um representante do Poder Executivo e um da Prefeitura Municipal de União da Vitória, à qual competirá:

I - Elaborar o anteprojeto de Estatuto da Universidade e submetê-lo à aprovação em caráter intertemporal, pelo chefe do Poder Executivo, com publicação em Diário Oficial, bem como no Cartório de Registro Civil da comarca.

II - Praticar atos necessários à consolidação das incorporações até a aprovação da Universidade pelo Conselho Estadual de Educação e respectiva homologação;

Art. 7º - Serão respeitados os orça-

mentos das unidades incorporadas até a elaboração da nova previsão orçamentária para a nova entidade que entrará no Orçamento Geral do Estado como órgão de execução delegada da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

Art. 8º - O Patrimônio e a receita das Unidades incorporadas, afora o que o Estado vier a destinar, se constituirão de patrimônio e receita da Universidade ora criada:

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 24.11.87.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI e
ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Paraná está vivendo, sob a égide da administração do Senhor Governador Álvaro Dias, o início de uma nova fase de desenvolvimento caracterizado por planos de trabalho bem definidos para o crescimento do Estado como um todo.

Neste contexto, portanto, não poderá jamais ser deixado à margem o segmento educacional, pois é aí que estamos forjando a nova cidadania, os novos paranaenses que irão desempenhar o grande papel na renovação que almejamos em busca da consolidação do nosso Estado.

É com este espírito que nos propusemos elaborar este Projeto de Lei, atendendo às reivindicações da comunidade acadêmica de União da Vitória e de toda a região do Vale do Iguaçu, historicamente angustiada na esperança desta iniciativa.

Milhares de jovens vivem hoje, se não à beira da frustração e da desesperança, pelo menos na angustiante situação daqueles que não divisam expectativas estimulantes para seus sonhos e ideais de servir a terra natal.

Para desenvolver a fé e a esperança nas propostas de renovação, uma das mais justas aspirações é a criação e imediata implantação da Universidade Estadual do Vale do Iguaçu, com sede em União da Vitória.

Entendemos oportuno enumerar tópicos sobre a realidade do ensino de 3º grau na região;

A Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, foi criada pela Lei n. 3001 de 22 de dezembro de 1956 (xerox anexo). Possui 06 cursos de licenciatura: História, 40 vagas; Pedagogia, 66 vagas; Letras 60 vagas; Geografia 60 vagas e Ciências, Licenciatura de 1º Grau, 40 vagas e Licenciatura Plena em Matemática mais 40 vagas. É a mais antiga Faculdade Estadual do interior.

A Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, foi criada pela Lei Municipal

n. 947/74, de 19 de setembro de 1974 (xerox anexo) e possui dois cursos: o de Administração com 160 vagas e Ciências Econômicas 160 vagas; o Município subvenciona parte da folha de pagamento, sendo o restante arrecadado através de mensalidades dos alunos; Possui prédio próprio utilizando 70% de sua capacidade durante o dia e permanecendo completamente ocioso à noite, podendo perfeitamente abrigar outros cursos a serem criados no futuro como Agronomia e Veterinária, antiga aspiração da comunidade da região.

Agora o grande movimento em toda a região é a unificação da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas.

O atendimento dessa reivindicação, a qual avalizamos, viria não apenas dar condições para jovens de União da Vitória e Municípios da região, como ainda ofereceria outra importante contribuição: A deficiência das instituições atuando de forma isoladas e a inexistência dos outros cursos (Agronomia e Veterinária) obrigam a que a juventude e seus familiares façam grandes sacrifícios para estudar em outros centros. E mais, uma parte considerável de jovens - recursos humanos de elevada potencialidade - acaba não mais retornando após a conclusão do curso, deixando de emprestar sua inteligência, seu conhecimento e seu trabalho ao Município e região e em muitos casos ao próprio Paraná.

É preciso rever esta questão. É urgente repensar esta situação. É necessário, acima de tudo devolver aos jovens do Vale do Iguaçu a esperança em seus ideais de servir o nosso Estado. Só a Universidade tem condições de a isto acontecer.

União da Vitória, desempenha importante papel histórico na formação cultural de nosso Estado.

União da Vitória já provou que tem condições na seriedade e capacidade de sua gente para implantar a Universidade.

São justos os pleitos para os quais esperamos o apoio dos Senhores Parlamentares.

PROJETO DE LEI N. 355/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a Fundação Faculdade Municipal de Ciências e Letras de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Antiga e necessária reivindicação do povo de Paranavaí e região, é a estadualização da Fundação Faculdade Municipal de Ciências e Letras de Paranavaí, que muito irá contribuir para a melhoria do ensino superior da Região e, sem dúvida, a municipalidade de Paranavaí tirará de seus ombros encargos dos mais pesados.

PROJETO DE LEI N. 356/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, a criar o Hospital Regional, no Campus da Universidade Estadual de Maringá.

Art. 2º - O Hospital Regional destina-se ao atendimento, principalmente, à clientela carente da vasta região da grande Maringá, bem como, a manutenção dos Cursos de Medicina e Odontologia.

Art. 3º - Para execução desta Lei, o Poder Executivo alocará recursos próprios de seus programas orçamentários e diligenciará a obtenção de repasses de natureza semelhante do Governo Federal, por empréstimo ou a fundo perdido, ficando, desde já autorizado a contrair empréstimos para tal fim.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A construção do Hospital Regional de Maringá, constitui-se numa das mais justas aspirações do povo, que clama juntamente com toda a grande região polarizada por essa Cidade.

São milhares e milhares de famílias das zonas urbanas e rural de toda a região, famílias carentes que necessitam de contar com o atendimento médico-hospitalar de uma organização voltada exclusivamente para o pessoal mais humilde. Milhares de casos acontecem anualmente, de pacientes, com baixo poder aquisitivo, que deslocam-se do interior para Curitiba, em busca de socorro médico para um mal mais grave e, não raras vezes, passam por maus momentos, devido a enfrentarem circunstâncias tais como: estarem sem dinheiro e sem hospedaria, a não ser aquelas cedidas pelo setor de Assistência Social da Assembléia Legislativa do Paraná, através de gabinetes Parlamentares e de outros órgãos governamentais, e até de abnegados albergues noturnos de Curitiba.

O Paraná carece de solução para este problema de atendimento de pacientes interioranos nesta capital. "A saúde pública deve ser a suprema Lei". E Curitiba, como

de resto, todo o Estado do Paraná, clama por falta de leito hospitalar.

Tais fundamentos justificam a amplitude do projeto em pauta, ademais do que ele é autorizatório para a autoridade executiva, nos termos da Carta Política vigorante.

É assim que pretendemos tornar realidade um hospital, para orgulho daqueles que sonham, dos que sonharam e daqueles que irão receber esta realidade num futuro próximo. É por demais penoso ter um ente querido enfermo e, por força das circunstâncias, desampará-lo, de certa forma, deixando-o vir à Curitiba em busca de socorro médico à mercê da própria sorte.

Com a construção do Hospital Regional, poderemos ter a solução para resolver problema dessa ordem, além de ser o marco para a manutenção dos cursos de Medicina e Odontologia da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Para essa realidade vir à tona solicitamos o apoio dos 54 nobres Deputados que compõem esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 357/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DESAMPARADA, do Município de Mandaguari.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI N° 358/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO ESPIRITUALISTA LUZES DE ARUANDA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Espiritualista Luzes de Aruanda, Sociedade Civil, com personalidade jurídica, com sede e foro nesta Capital, está devidamente registrada no cartório competente desde 07 de março de 1986, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto.

Dentre os seus objetivos está o de fomentar as virtudes propugnadas pelo cristianismo, especialmente o amor universal, a caridade, a fraternidade, a bondade e a

justiça.

Paralelamente objetiva, criar quando oportuno, casas de saúde, e abrigos, gratuitos aos necessitados e auxiliar, dentro de suas possibilidades, todo empreendimento humanitário, tanto material quanto espiritualmente.

Numa sociedade tão materialista, tão carregada de injustiças sociais, acreditamos declarar de Utilidade Pública, a Associação, nossos nobres Pares, solicitando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Antônio Bárbara.

Ausente.

Estando ausente, consultamos o Deputado José Rogério Carvalho, se fará uso do Pequeno Expediente.

Ausente.

Estando ausente, concedo a palavra ao Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

(Lê):

"Ocupamos esta tribuna, para manifestar a nossa solidariedade à nobre e sofrida Classe dos Suinocultores do Paraná, assim como de todo o Sul do País, pelo movimento que vêm realizando para resgatar o equilíbrio da lucratividade desse setor de inegável importância para a nossa economia.

Resolveram os suinocultores, interromper a entrega da sua produção aos frigoríficos durante esta semana, na tentativa de sensibilizar o governo federal para as justas reivindicações que vêm fazendo - uma ingente luta que já dura mais de 10 anos - esse o longo período em que se está pulverizando todos os seus esforços para compatibilizar os interesses da política de consumo do Governo Federal com os seus, eternamente sacrificados.

Os suinocultores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, estão gastando efetivamente em média, Cz\$ 45,00 por Kg de suíno produzido, enquanto são forçados a receber apenas entre Cz\$ 35,00 e Cz\$ 36,00 na entrega da sua produção.

Entre suas reivindicações, absolutamente justas, está a necessidade de o Governo adquirir 20 mil toneladas do produto para o estoque regulador do Mercado - que está com uma considerável oferta, excesso que não está sendo considerado pelas autoridades.

Outra das reivindicações importantes do setor é o justo reajuste do milho pela variação simples da OTN, antiga e descumprida promessa do Governo Federal.

Cada um dos nobres Pares desta Casa conhece um pouco da "Via Sacra", dos suinocultores, há anos reclamando, mostrando com números insofismáveis os seus problemas de produção e comercialização. Justo, pois, que solidarizemo-nos a essa classe, manifestando o nosso apoio, pois não é justo que o investimento feito durante anos e anos de sacrifício, lutas e disposição de melhorar as condições dos rebanhos pela aquisição de novos métodos e técnicas, seja jogado por terra e desconsiderado pela inércia do aparelho governamental a esse setor da produção, eis as reivindicações dos suinocultores.

1. constante atualização de preços de acordo com os custos;

2. agilização do processo de aquisição e claras normas operacionais;

3. redução da alíquota do ICM;

4. melhor política de armazenamento e de distribuição do milho produzido no Paraná, para evitar o atual passeio do produto;

5. ampliação dos benefícios do programa de venda direta do milho pela CFP a suinocultores com plantéis até 1 mil e 500 cabeças;

6. concentração de esforços para abertura de canais de exportação;

7. desenvolvimento pelo governo Estadual dos condomínios no setor;

8. abertura e funcionamento de abatedouros municipais pelo Estado;

9. sustação de importações de suínos pelo Governo e empresas privadas;

10. maior empenho da CFP para coibir abusos atualmente verificados;

11. melhor política de comercialização do milho do Governo pela CFP;

12. viabilização de pequenas indústrias de ração pelos Governos da União e do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Chegamos a esta tribuna nesta tarde para lamentar o ocorrido na tarde de ontem quando da votação de 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 337/87.

Estranhamente nossa emenda era de número 1 e ao que constatamos, hoje, aparece como de número 4 e a do Deputado Nilton Barbosa sendo aprovado e as demais rejeitadas.

Eu queria deixar o meu descontentamento registrado nesta Casa por parte, evidentemente, não de todos os Deputados, mas de alguns, quando votaram de forma negativa a nossa emenda.

Àqueles que ficaram conosco, quero agradecer este gesto honroso que tiveram, pois queríamos que fosse aprovada nesta Casa, e evidentemente, fomos até o Senhor Governador do Estado para dialogar com o mesmo. E eu tenho a certeza que o Governador Álvaro Dias, com o seu espírito democrático que tem, estaria repensando e reestudando a maneira com que iria vetar ou não a nossa emenda ao seu Projeto. Portanto, não se perde uma guerra por uma batalha. Nós, continuaremos a lutar para a Faculdade de Ciências e Letras de Paranaíba, também seja estadualizada.

O Governador do Estado conhece pessoalmente a infra-estrutura que tem aquela Faculdade em Paranaíba. Nós vamos continuar lutando para que um dia aquela Faculdade ser reconhecida e estadualizada pelo nosso Governo.

E tenho a certeza, ainda será estadualizada dentro do governo Álvaro Dias.

Meus companheiros, eu apenas queria deixar registrado este lamentável ocorrido, quando da negativa da nossa Emenda em 3.ª votação.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Alexandre Ceranto, por 5 minutos.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Eu venho a essa tribuna para um esclarecimento dos fatos que estão acontecendo na imprensa falada e escrita, sobre os acontecimentos de Umuarama, com o nosso avião, pois quando, sábado, cheguei ao aeroporto, tinha sabotagem em nosso aparelho.

Mas eu queria pedir primeiramente aos nossos Parlamentares, Senhor Presidente, que nós, como políticos, devemos tomar algumas providências. Há poucos dias atrás aconteceu com o Deputado Antônio Bárbara; há poucos dias aconteceu com Sua Excelência o Senhor 1º Secretário da Casa, Anibal Khury, e assim por diante. E agora comigo; comigo já foram duas as tentativas, fizeram as ameaças por telefone.

Uma, já fazem 120 dias, a outra com o prazo de 60 dias, e agora novamente sabotagem no aparelho. E nos entristece muito, ficamos muito aborrecidos com esses fatos que estão acontecendo. Mas o fato que aconteceu em Umuarama, eu até agradeço à imprensa que tem dado muito apoio a nossa pessoa, a Sua Excelência o Governador quando tive uma audiência com ele, ontem, estava preocupado também com a situação, o Secretário da Justiça também nos encontrou e deu todo o apoio, e assim por diante.

Eu fico muito agradecido.

Mas o fato acontecido em Umuarama, fatos estes que ainda não sabemos de sua origem, porque realmente estão fazendo levantamento. Mas agora há pouco eu liguei para Umuarama, e falei com os técnicos que estão fazendo a verificação no aparelho. Realmente já está constatado que foi colocado areia, inclusive uns pedaços de madeira, no motor do avião. Foi tentativa de morte. O que eu não posso concordar, porque o que é que estamos fazendo para que isso venha a acontecer.

Bom, um político tem diversas faixas para o lado positivo ou negativo. Mas uma pessoa como eu, de Umuarama, como o é o Deputado Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa que são da nossa região, e ainda fazemos parte da Comissão de Segurança deste Poder, junto com o Presidente Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Coronel Raul Lopes; estamos falando de algumas irregularidades que tem na política, e também o que acontece no dia a dia da nossa vivência.

Mas não é por esse motivo que nós, e os demais parlamentares podemos correr esse risco de vida, quando estamos trabalhando para a defesa do nosso povo do nosso Estado do Paraná, e da nossa região.

Também essas pessoas que vieram a fazer essas colocações são pessoas mandadas da nossa Cidade, não quero dizer que sejam daqui da nossa Capital, mas sim, da nossa parte, aonde estamos vivendo.

Eu até citei na imprensa que poderiam ser pessoas que vêm da faixa política. Mas eu não quero referir-me aqui ao meu amigo, Deputado Nelson Vasconcellos e nem ao Deputado Nilton Barbosa, porque também são da minha região e eu os respeito muito. Mas podem ser pessoas que venham realmente de áreas políticas que estejam mal intencionadas com relação a Deputados que estejam fazendo um bom trabalho ao Estado do Paraná, assim como eu e os demais Deputados. Nós realmente estamos sentindo essa perseguição, mas, isso não me impedirá de desenvolver o nosso trabalho, na minha campanha política ou na minha vida particular no dia a dia, pelo fato de pessoas estarem com segundas intenções contra os Deputados, e contra mim particularmente, neste episódio. Realmente foi um ato criminoso que atingiria não somente a mim mas, um Comandante que estava em minha companhia e ao co-piloto do avião, avião este que sempre está à disposição das nossas autoridades, aos meus amigos Deputados de Umuarama, sempre que necessário para trabalhos em favor da nossa comunidade. Assim, sendo, inclusive outras e mais pessoas poderiam ter sofrido esse atentado, esse ato criminoso.

Eu desejo daqui desta tribuna manifes-

tar os meus agradecimentos a todos quantos estão me ajudando. Aos Senhores Parlamentares, e apelo para que tomem seus devidos cuidados com esse tipo de agressão partida de pessoas que estão nos perseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência lamenta, mas, lembra ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado; todavia conceder-lhe-á mais alguns segundos, o necessário para suas conclusões.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Obrigado, Senhor Presidente.

Eu estava dizendo aos nossos Parlamentares, que deverão tomar certos e devidos cuidados, e providências em nossa defesa, mesmo, em defesa do nosso próprio trabalho, nossa dedicação, contudo, quem sabe, isso não esteja ocorrendo, contra a própria Assembléia, no que se refere à negligência, talvez, de alguns Parlamentares e contra talvez a própria situação que vivemos aqui.

Então, vamos pedir a Deus por nós, por nossos companheiros, vamos orar para que nossa vivência nesta Casa seja mais sincera, mais amiga!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho no Pequeno Expediente para me solidarizar em meu próprio nome, e, em nome dos companheiros de Bancada, com o nobre Deputado Alexandre Ceranto que, como ele próprio acabou de dizer e os jornais noticiaram, foi vítima, pois o avião de sua empresa, foi vítima de sabotagem. Que mãos criminosas certamente procuraram pôr fim à vida desse ilustre homem público, industrial e, antes de tudo, trabalhador paranaense!

Portanto a nossa Bancada presta ao ilustre Deputado Alexandre Ceranto, toda solidariedade e se coloca à sua disposição para o que for necessário.

Também, e da mesma forma, ao ilustre Deputado João Arruda que representa com galhardia e competência a Região Sudoeste do Estado nesta Assembléia, quando ele hipoteca a sua solidariedade, o seu apoio, estende as mãos aos suinocultores de todo o Paraná, mais particularmente aos do Oeste do Estado onde há a maior concentração de suínos do Estado, neste movimento em que os suinocultores não só do Estado mas do Sul do Brasil suspendem, a partir de hoje, o fornecimento de carne suína aos mercados intermediários que exploram, que

fazem a intermediação produção/consumo.

Já há alguns meses, não só em pronunciamentos de Parlamentares nesta Casa, mas como em posicionamento do Senhor Governador do Estado, e do Senhor Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, reiteradas vezes vem se pronunciando ao Paraná através de todas suas forças políticas, reclamando atenção à suinocultura do Paraná, antes que ela desapareça. Parece-nos mais, falta de competência e atenção por parte da autoridade competente federal.

Queria também, neste pequeno espaço do Pequeno Expediente, dizer ao Deputado Eduardo Baggio, que com relação à sua emenda apresentada e discutida, ontem, quando visava ela estender a Paranavaí, e região noroeste de Paranavaí, uma vez que Umuarama teve a sua emenda aprovada pela maioria desta Casa, o mesmo por autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, a quem cumprimento pela maneira competente com que conduziu a votação e conseguiu obter a maioria a favor da emenda, contrariando a maioria de sua Bancada. O mesmo destino não teve a emenda do Deputado Eduardo Baggio, com o nosso apoio, que procurava estender a Paranavaí, e a região, os benefícios da oficialização da sua faculdade, não se fala tanto em universidade mas a oficialização. Conseqüentemente os estudantes do Noroeste, e principalmente da região de Paranavaí, também fossem atendidos com a Mensagem do Senhor Governador do Estado, que votamos ainda ontem a qual objetiva a gratuidade do ensino na rede oficial do 3º grau do Estado. Lamentavelmente, Paranavaí, a exemplo de outras regiões do Estado, não recebeu por parte da bancada situacionista desta Casa o apoio necessário, mas como disse Sua Excelência, o Deputado Eduardo Baggio, nós voltaremos em outra oportunidade, para que a nossa região não fique às margens das vantagens, dos benefícios que o Governo Álvaro Dias oferece a outras regiões e não pode e não se entende de forma alguma, criar-se esse tipo de benefício, essa discriminação odiosa até para determinadas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Encerrando o Pequeno Expediente, consulto o Deputado Valderi Mendes Vilela se fará uso do seu tempo?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - No Pequeno Expediente, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, por 5 minutos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quando a Comissão de Sistematização aprovou a emen-

da, fixando os 4 anos do mandato do Presidente José Sarney, já começou a desfilar por esse País afora, a propaganda de candidatos à presidência da República.

É bem verdade Senhor Presidente, Senhores Deputados, que todos os eleitores filiados a um partido, tem condições de postular uma candidatura dentro da convenção do seu partido, mas o que ocorre e, o que está ocorrendo ultimamente, e que não se pode deixar que tais pretensões venham causar danos ao patrimônio público. A propósito, queremos registrar nessa Casa de Leis, matéria publicada dia 22 de novembro do corrente ano, pelo Jornal "Estado do Paraná", cujo teor é o seguinte:

Artistas globais do painel "Folha de São Paulo" sob o título "caixa alta".

Estão avançados os entendimentos entre o Governador Orestes Quêrcia e a TV Globo, em torno de um pacote de veiculação publicitária.

Sairia ganhando a candidatura de Orestes Quêrcia à sucessão de José Sarney, com a conta sendo paga pelos contribuintes paulistas.

Vai ser uma briga de foice. O Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, já está com o espaço reservado nos telejornais da Globo. Diariamente o cidadão surge no vídeo para falar alguma coisa. Não importa o quê, mas lá está a figura, cabelos mais brancos do que grisalhos, rosto de bebê chorão.

Não se sabe qual dos dois conseguirá arrematar o plim-plim. Quem perder leva de consolação o espaço daqueles bonequinhos ridículos que aparecem a cada intervalo comercial. Vai acabar aparecendo o desenho do tarado exibicionista com a cara de um ilustre Governador. Imaginaram só o desastre.

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, fica registrado nesta Casa de Leis o nosso voto de protesto contra esses governadores do PMDB que procuram desviar a atenção da população, gastando dinheiro público em propaganda pessoal, fato esse que além de imoral prejudica a todos os brasileiros, pois o dinheiro gasto em propaganda é inútil deveria ser melhor aplicado na educação, na saúde e na assistência social.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente passamos para o Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

O Senhor Deputado Algaci Túlio tem a palavra por oito minutos e meio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Bancada do PDT quer comunicar ao Deputado Eduardo Baggio que na sessão plenária de ontem, a Bancada votou favoravelmente a emendas, inclusive, as que criavam a Universidade de Paranavaí, cuja emenda era do nobre Deputado Eduardo Baggio, em União da Vitória, Umuarama no Sudoeste do Estado do Paraná. Portanto, era esta a comunicação que queríamos fazer e, também, nos solidarizar-mos com o Deputado Eduardo Baggio porque segundo seu entendimento entraria hoje em 2. Discussão ou em 3. Discussão a sua emenda, no entanto não sabemos e não podemos entender como é que de repente as coisas se modificaram. Mas de qualquer maneira fica aqui registrada a posição favorável do PDT a todas as emendas criando novas universidades.

Mas venho também à essa tribuna Senhor Presidente, Senhores Deputados para dizer que na última sexta-feira o Brasil todo acompanhou o Líder do nosso Partido Leonel Brizola discorrer sobre a conjuntura política atual. Com a calma, e a tranqüilidade que o caracterizam, Leonel Brizola mostrou os rumos perigosos pelos quais está seguindo, e outros ainda mais perigosos que muitos estão tentando levar. O momento foi bastante oportuno para as colocações feitas pelo nosso grande Líder, já que estamos nas vésperas do início da discussão do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização e pela Assembléia Nacional Constituinte.

Os nossos 559 constituintes agora irão discutir o Projeto que levarão à nova Carta Constitucional. Muitos destes Parlamentares até agora, decorrido quase um ano de mandato, sequer tiveram oportunidade de participar da elaboração da discussão de único dispositivo deste documento. Resultado, é evidente, da aprovação de uma Assembléia Constituinte presa a um Congresso sem liberdade, a um Congresso sem autonomia, a um Congresso sem independência, e o que é pior legislando em causa própria. Mas isto já se tornou coisa do passado porque o que temos é o que está aí, lamentavelmente uma Constituinte congressional.

Quanto ao pronunciamento do nosso Líder, e temos a absoluta certeza que foi por todo o Brasil acompanhado com muito interesse, e em especial até pelos homens do Governo, pelo Partido da Situação possivelmente, ansioso para sentir o peso do nosso candidato à Presidência da República. E no início do programa Leonel Brizola fez uma retrospectiva bastante interessante. Imaginem o Dr. Ulisses bradando pelas "Diretas já", o Presidente José Sarney prometendo ao povo, não aceitar mais que 4 anos de mandato. Vimos as frustrações sucessivas do povo brasileiro "Diretas

já", Constituinte livre e soberana, planos cruzados, nova República, etc. etc. e tal.

E após o que se prevê, agora, ser o grande golpe, como bem disse o Líder, Leonel Brizola "O Parlamentarismo, será que não é um novo cruzado que vai aparecer em cima do povo? Parlamentarismo à brasileira, como se pretende, impor à Nação? Parlamentarismo, que se é aprovado, deverá ser implantado, já em março e a escolha do primeiro-Ministro, pelo Presidente, que deve sair em novembro, parece que a coisa virou brincadeira nesse País.

Aliás, é triste termos que concordar com Brizola, de que, o que se pretende fazer, implantando o seu regime, que só poderá ser objeto da revisão, depois de 5 anos.

Isto, é realmente pior do que qualquer ato institucional da ditadura. É uma imposição monstruosa ao povo brasileiro. Será que, se pretende tirar o direito do povo brasileiro, de se democratizar? É o que se questionou, Brizola, e que nós fazemos coro, também, aqui desta tribuna.

E não dizemos isto porque tenha o nosso candidato à Presidência da República, alcançado as maiores cotações da pesquisa dos grandes órgãos de comunicação do País, a exemplo da "Folha de São Paulo". E, vejamos, ela mostra aqui uma pesquisa, aonde Leonel Brizola aparece com o percentual de 15%, com uma votação expressiva, no Rio de Janeiro, de 39%; com votação de 12% em Belo Horizonte; em Curitiba, onde o PDT começa a se reorganizar, e a mostrar a sua força, Leonel Brizola aparece muito bem, com 11%, em Porto Alegre, onde tem o seu prefeito, Alceu Colares, nosso candidato aparece com a expressiva marca de 42%, na pesquisa, e vem logo após Brizola, Antônio Hermírio de Moraes, e depois outros candidatos com percentagens menores, evidentemente.

O prestígio de Leonel Brizola, cresce a cada dia, pela sua coragem, pela sua capacidade e principalmente pela sua coerência.

Aí está o reconhecimento, a um grande Líder, que falta exatamente, à Nação brasileira.

Realmente, a fala de Leonel Brizola trouxe esperanças para este País, trouxe um alento maior à nossa população, que está desacreditada dos homens que hoje ocupam os principais lugares, na Capital Federal.

E, como disse Brizola, fazendo comparações, hoje é bem mais barato sustentar um trabalhador, do que sustentar um escravo no Brasil-colônia. O escravo, como produto de venda, tinha de ser bem tratado, tinha que comer bem, cuidava-se de sua saúde, para que o produto não perdesse o valor.

E hoje, o que é que acontece? Nem es-

cravos, são os trabalhadores, são párias, são homens que vem de um estado de misabilidade total. E por que? Porque, conforme bem frisou Brizola, pela incompetência política e administrativa de homens que levaram 20 anos se preparando para governar o Brasil.

Incompetência dos homens que governam este País; incompetência de um Presidente José Sarney, que sem legitimidade popular assumiu a Presidência da República; incompetência de homens de outros Partidos que deram cobertura a um total desgoverno que se verifica nesta Nação.

Leonel Brizola prega mobilização popular contra o Parlamentarismo, que se pretende implantar num verdadeiro golpe neste País. Prega a mobilização popular por "eleições diretas" para Presidente. E o PDT está nesta caminhada, certo de que este será o rumo certo para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Horário das Lideranças consultamos o PFL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Falará em nome da Liderança o Senhor David Cheriegate.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a palavra, no Horário da Liderança do PFL o Senhor Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.
Lê):

O Oeste do Paraná, por justas razões, experimenta a antecipação de um momento histórico em seu desenvolvimento: a Ferrovia da Produção.

Todo o conjunto de esforços que vêm sendo realizados pelo Governo do Estado, mais e mais ensinam-nos a segurança de que essa será implantada, até pela sua inquestionável importância no escoamento da produção agrícola de grãos da Região.

O Oeste do Paraná, tanto quanto precisa, merece essa obra.

Com uma população estimada, em 1º de julho de 1987, em 1.094.271 habitantes, aproximadamente 13% da população do Estado, o Oeste arrecadou de ICM, em 1986, a quantia de Cz\$ 1.084.738.000,00. Um índice expressivo, se considerarmos que foi produzido, fundamentalmente, pelo setor primário, sempre tão instável e dependente de um conjunto de fatores que transcendem à vontade ou à determinação dos produtores.

Nesse segmento, devemos crescer, o Oeste é responsável por 4 milhões de toneladas de grãos/ano, que seriam 34% da produção do Paraná, que contribui, ao menos,

com mais de 2/4 dos alimentos consumidos no País, e que participa - na mesma proporção - das exportações nacionais de produtos primários.

Está cada vez mais evidenciado nos estudos técnicos dos órgãos de assessoria do Governo que o Oeste, ao lado da Região Metropolitana de Curitiba é a que recebe o maior fluxo de migrações no Estado. Embora, hoje, dirigidas eminentemente para o setor agropecuário, exigirá, no futuro não distante, serem desviadas para outro setor da economia, sob a consequência de continuarmos a assistir, impassíveis, intensos contingentes emigrarem para o Mato Grosso do Sul, Centro do País e a própria Região Metropolitana de Curitiba, à procura de trabalho.

A Ferrovia da Produção, idealizada para servir de corredor de escoamento de safras agrícolas, mais do que forte, é um motivo generoso, que pode contribuir para a elevação qualitativa de benefícios que poderão ser auferidos com o incremento de um programa de incentivos industriais ao curso oestino dessa nova linha de transporte.

Ao par de atender aos reclamos sociais da região, pela criação de um mercado secundário de mão-de-obra, a idéia objetiva, também, criar mecanismos de produção permanente, que a agricultura, pelas suas características não enseja que respondam, adequadamente, ao volume dos investimentos que serão realizados.

A idéia de descentralização do parque industrial não é nenhuma novidade. Inclusive, é parte do acervo das propostas eleitorais do Governador Álvaro Dias. A perseverança com que o Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio vem buscando realizar a sua missão, até aqui merece aplausos pela proficuidade, embora muito aquém de conquistarmos um patamar aceitável.

É verdade que a conjuntura econômica nacional presta, nesta hora, um deserviço. O ideal que perseguimos encontra óbices de rejeição natural, nesta contingência trágica da recessão provocada, dificultando a ação empresarial no objetivo de investir. Urge, necessariamente, daí, que se lhe ofereça estímulos, compensações que o encoragem a romper essa estrutura estagnada. O momento nos incita à audácia. A hora é dos fortes.

O primeiro gesto, na nossa concepção, será determinar-se os limites da área a ser incentivada. A exemplo dos incentivos fiscais e de outros recursos que o Governo Federal tão magnificamente entabulou para o "Projeto Carajás" e a Ferrovia Norte-Sul, incumbe-nos propor ao Governo do Estado, aqui, o desafio à imaginação de criar estímulos diversos, compatíveis ao

seu quadro de condições, para a Ferrovia da Produção.

Até pela proximidade, vale à pesquisa, quem sabe, os documentos da missão, que o Doutor Francisco Simeão, em janeiro de 1984, na condução da SEIC, encaminhou para investigar qual a espécie de incentivos que o Governo do Paraguai oferecia, e oferece, à instalação de negócios na região de Porto Stroessner.

A proximidade e abundância energética a um programa dessa natureza, obviamente, o Oeste dispõe.

A simples idéia de partir-se do favorecimento à agroindústria, voltada para o aproveitamento da economia rural, seria, também, um passo importante. Acresça-se, aqui, a produção agrícola do Centro-Oeste do País, de passagem obrigatória, pelo Oeste do Paraná.

Enfim, as condições estão dispostas. A hora, inegavelmente, é agora. O terreno é fértil e prenuncia que, tratado convenientemente, saberá se o Governo do Estado está mobilizado para a consecução dessa investida, sinceramente, não conhecemos. Entretanto, que sirva de alerta.

Por mais que desejássemos a autoria de um programa dessa natureza, a Constituição Estadual nos cerceia, e a iniciativa parlamentar, nos limita à criatividade, impõe-nos o socorro do Governo para tornar factível o programa que todos os segmentos de lideranças oestinas vêm acalentando. A ação, aqui, especificamente, compete ao Governo do Estado.

Por tudo isto, propomos que o Governador Álvaro Dias, através das Secretarias de Estado da Indústria e Comércio, Planejamento, e das Finanças elaborem um projeto definindo critérios e incentivos específicos para a implantação de um pólo geoeconômico-industrial, a denominar-se Pró-Ferrovia - Programa de Desenvolvimento Econômico do Oeste do Paraná, dentro das reais condições que o Estado possa oferecer. Trazendo, inclusive, a experiência do Governo Federal e, conseqüentemente, o seu apoio também financeiro, a exemplo do que desenvolveu no "Projeto Carajás" e augura para a "Ferrovia Norte-Sul".

Firmamo-nos na convicção de que a Região Oeste, pela invejável pujança de seu povo, pelas condições geográficas que detém no Projeto da Ferrovia, deve ser o ponto de partida, para essa nova realidade no Paraná, que se descortina na condução segura e galharda do Governador Álvaro Dias e da sua competente equipe de colaboradores.

O Oeste precisa. O Oeste confia. (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos a Liderança do PT, se fará

uso do seu tempo. (Ausente).

Estando ausente, consultamos à Liderança do PL. (Ausente).

Estando ausente, consultamos a Liderança do PTB, Deputado José Alves é o único representante presente. (Declina).

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDS. (Ausente).

Estando ausente, consultamos à Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Nestor Baptista. (Declina).

Havendo declinado passaremos à ORDEM DO DIA.

Antes queremos registrar a presença do 4º Suplente de Deputado Estadual do PDT, Sr. Sílvio Cunha, ex-Prefeito de Cornélio Procopio, que está sendo recepcionado nesta Casa pelo Deputado Valderi Mendes Villela. A sua presença honra esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Questão de Ordem) - Gostaria de informar Vossa Excelência de que a sua voz não está sendo ouvida aqui no Plenário. Então solicitamos som, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está bom agora?

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 252/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 94/87), referente ao ORÇAMENTO DO ESTADO, Exercício de 1988.- **Aprova-**

do.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 77/87, que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, com autonomia administrativa, financeira e técnica, como resultado da incorporação das unidades administrativas de nível subdepartamental denominadas Escolas de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO e SUBEMENDAS de 3.^a DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação a Emenda de nº 03.- **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Queremos anunciar, com muito prazer, a presença nesta Casa, neste plenário, de Sua Excelência, a Senhora Irene Gründer, Cônsul-Geral da República Federal da Alemanha em Curitiba. Está acompanhada da colega Deputada Ironi Pugliesi.- (Aplausos) Está em votação a Emenda nº 02, do Sr. Deputado Anibal Khury, de 3.^a Discussão.

O Artigo 6º da Emenda nº 02 fica acrescido do Parágrafo Único e passa a vigorar com a seguinte redação ...

Está em votação a emenda.- **APROVADA.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 105/87), que objetiva incluir no texto do "CAPUT" do Art. 1º, da Lei nº 8.492, de 30.06.87, o vocábulo "Correntes". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- **Em votação.**

O SR. RAFAEL GRECA - (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pelo presente Projeto de Lei, a Lei nº 8.492, de 30 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como, a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos, destinados às entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações, de forma a atender as despesas de capital "e agora, por emenda proposta nesta Casa, "as despesas correntes programadas em atividades ou projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991."

"Para efetivação destas operações de crédito e garantias previstas neste Artigo, poderá o Poder Executivo, vincular as cotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos Artigos 25 e 26 da Consti-

tução Federal, observadas as suas vinculações".

"O Poder Executivo realizará operações de crédito à conta e ao risco do Tesouro Nacional, conforme o preceituado na Lei Federal nº 7.000, de 14.07.87".

Diz o Senhor Governador do Estado, na Mensagem que manda a esta Assembléia: "Que a Lei nº 3492, aprovada neste ano de 1987 autoriza o Governo a contratar operações de crédito e a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos internos destinados às entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado, de forma a atender as despesas programadas em atividades e projetos constantes de orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991."

Pede o Senhor Governador do Estado que nós ampliemos a mencionada autorização, da autorização só para despesas de capital e recursos dela advindos, que terão campo de aplicação restrito a tal tipo de despesas. Diz ele que isto não atende aos superiores interesses da Administração, visto que os orçamentos públicos, consagram também programas e projetos suportáveis através de despesas correntes.

Pede, portanto, o Senhor Governador, que nós coloquemos o vocábulo "correntes" na autorização legal.

Isto quer significar que o Governo do Estado vai agora mexer e governar também com o dinheiro de empréstimos.

As despesas correntes, as despesas para custear a máquina administrativa do Estado, também sairão de dinheiro de empréstimos internos.

Se por um lado isto configura que dá a Assembléia autorização ao Sr. Governador para arrolar e aumentar a dívida do Estado, por outro lado, isso também configura que não vão tão bem como nós imaginamos as Finanças do Paraná, a ponto delas carecerem de ajuda interna ou seja, do Governo da República, para que se possa governar de maneira satisfatória, como diz o Senhor Governador de acordo com os altos interesses da Nação. Saiba esta Assembléia que neste momento, está autorizando aumentar a dívida do Estado. Mais do que isso, está reconhecendo o Estado como a dependência desta unidade Federativa do Governo Central, concentrado em Brasília. E mais do que isso ainda. Talvez mais uma vez estejamos dando razão ao Sr. Governador Álvaro Dias em pretender dar apoio aos 5 anos de mandato para o Senhor Presidente José Sarney, pelas amarras naturais que o atual estado de coisas coloca e tece entre o Estado e o Planalto. Não se trata de votar contra os altos interesses do Paraná. Se trata no entanto, de questionar neste momento, se é politicamente interessante para o Paraná, permanecer tão vinculado ao Governo Fed-

ral, a ponto de até as despesas de custeio da máquina administrativa do Estado e as despesas de pessoal, virem a ser pagas com empréstimos internos, autorizados pelo Senado da República.

Que isso se faz também, num momento em que o Sr. Thomaz Rachamann, esse novo nome do Técnico responsável pela chefia da missão do F.M.I., chega ao Brasil.

O Sr. Thomaz Rachamann já está em Brasília desde o último domingo, as reservas do seu hotel, estão feitas por 15 dias, com todas as contas pagas pelo Brasil. E repete-se agora para se autorizar o discurso do PMDB, o que acontecia no Governo de João Figueiredo, aliás os técnicos do F.M.I. se declararam, conforme atesta o Jornal "O Estado do Paraná" de hoje, muito familiarizados com o 10º andar do Banco Central, onde eles já estiveram diversas vezes anteriormente, menos pela posição política, porque a nossa liderança partidária nacional recomendaria que votássemos contra esse Projeto de Lei, sobretudo porque as despesas correntes devem correr por conta do Tesouro do Estado. Mas mais numa prova de oposição responsável e num voto de confiança do Sr. Governador Álvaro Dias, que gostaríamos que deixasse de apoiar o Senhor José Sarney nos seus cinco anos. Nós vamos votar favoravelmente ao presente Projeto de Lei, como fizemos das outras vezes, sem no entanto deixar de cumprir a nossa obrigação de advertir a opinião pública do Paraná, quanto ao crescente endividamento do Estado, que aumenta o endividamento do Brasil e por consequência, desautoriza qualquer discurso, daquele tipo "mulher de Ló" dos Deputados da Situação, que ficam olhando para as dívidas contraídas no passado, para terem pretexto de continuarem a contraí-la.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Queremos registrar as presenças dos Srs. Diniz Neto, Secretário do PTB de Maringá e Germano Irineu, membro do PTB de Maringá, são recepcionados pelo Deputado José Alves.

Está em votação...

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, só para dizer a Vossa Excelência que o meu voto é contrário à aprovação do referido Projeto de Lei nº 342/87. Gostaria que Vossa Excelência registrasse isso, uma vez que já manifestei esse meu ponto de vista nas demais votações e a outras leis, no que se refere a mesma matéria.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Que se registre o posicionamento contrário do

Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) -

Eu pensava, Sr. Presidente, em votar favoravelmente ao Projeto dentro do espírito paranista, mas me informa o Deputado Valderi Mendes Vilela que quis crescer, apensar neste Projeto, emendas de sua autoria que foram rejeitadas pela maioria desta Casa. Então, no que pese toda a minha vontade de ver o Paraná bem, ainda que seja com dinheiro emprestado, eu vou acompanhar o Deputado Valderi Mendes Vilela no seu voto contrário e recomendo à Bancada do PDT que assim proceda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação. Aprovada a Emenda Substitutiva Geral.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 86/87, (Mensagens nºs 58/87 e 98/87 - ex-Proposição nº 95/87) - oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova a intervenção do Poder Executivo no Município de Malet, de acordo com os Decretos nºs 865, de 09.07.87 e 1.490, de 29.09.87, do Poder Executivo.- Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) -

Em hora oportuna, Sr. Presidente, porque a opinião pública do Paraná começava a cobrar a votação por esta Assembléia da Mensagem do Sr. Governador que pede a intervenção no município de Malet. Em hora oportuna vem este Projeto para votação.

Eu recomendo à Bancada do nosso partido que vote favoravelmente ao pedido do Senhor Governador em respeito ao alto desígnio de justiça e julgamento do Tribunal de Contas do Estado, em respeito ao teor da mensagem governamental que foi encaminhada a esta Casa, mas sobretudo em respeito a uma manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Marechal Malet que, em carta dirigida a esta Liderança, pediram que não fosse a Assembléia cúmplice da impunidade. Que pelo menos esta parte do povo, ou seja esses 20 a 50 agricultores que assinaram esta carta pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais cobravam deste Deputado e de todos os Deputados. Então, eu recomendo que a Bancada do PDT vote favoravelmente em que pese sempre parecer antipática uma intervenção a um Município onde o prefeito foi eleito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 101/87, de autoria dos Deputados JOSÉ FELINTO e ANIBAL KHURY, que altera

dispositivos do Anexo I, de que trata o Art. 290, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, com referência ao número de vagas da carreira de Escrivão de Polícia Feminino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) - É

mais uma vez para ressaltar o mérito da proposição do Deputado José Felinto e do Deputado Anibal Khury em alterar dispositivos do Anexo nº 1 de que trata o Artigo 290, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 com relação ao número de vagas na carreira de Escrivão de Polícia Feminino. E para ressaltar a unanimidade através da qual a CCJ votou, em que pese esta proposição ferir a exclusividade de poder que a atual Constituição autoritária do Estado dá para legislar sobre a matéria ao Senhor Governador do Estado.

Nós desejamos à ilustre CCJ que permaneça nesse espírito de independência e em outros Projetos também.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação.- Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 307/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 102/87), que objetiva acrescentar parágrafo único ao Art. 4º, da Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983, dispondo que, verificada a necessidade do serviço, os titulares dos cargos de Delegados Geral e Corregedor da Polícia Civil não serão classificados no Quadro Suplementar, enquanto permanecerem na respectiva titularidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/87, de autoria do Poder Executivo - (Mensagem nº 95/87), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Santa Terezinha do Itaipu um imóvel constituído da área de 12.500 m2, parte de área maior havida pelo Estado, na sede do referido Município, conforme transcrição nº 3.834, às fls. 291, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) -

É da maior importância que o município de Santa Terezinha de Itaipu receba este imóvel de 12.500m2, na parte da área maior havida pelo Estado, na sede do presente Município para construção, se não me engano, do terminal rodoviário.

Há um parecer favorável, inclusive do

Deputado Algaci Túlio. Nós apoiamos esta Mensagem do Poder Executivo por se tratar do interesse daquele Município.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação. -Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 152/86, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que altera a redação do Art. 171, da Lei n° 6.174/70, conforme especifica. (Funcionário aposentado antes de 35 anos de serviço que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivos, no Executivo ou no Legislativo, receberá acréscimos anuais de 5% excedentes aos 30 anos até o limite de 25%). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria e PARECER FAVORÁVEL da C.R.H., por unanimidade.-

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 152/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Art. 171, da Lei n° 6174/70 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171 - Ao completar 30 anos de exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de 5% por ano excedente, até o máximo de 25%.

§ 1° - O funcionário aposentado antes de completar os 35 anos de serviço para todos os efeitos, observado o que dispõe o § 2°, do Art. 138, e que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivo, no Executivo ou no Legislativo, terá incorporado aos proventos da inatividade os acréscimos anuais de 5% excedentes aos 30 anos até o limite de 25% mencionados no "caput" deste artigo.

§ 2° - A incorporação desses acréscimos será também imediata, inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade e computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

§ 3° - No cálculo, para efeito de pagamento do adicional referido neste artigo, será respeitada sempre a soma do vencimento acrescido do anteriormente deferido.

Sala das Sessões, em 27.06.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Por circunstâncias várias ocorre, amiúde, de o funcionário aposentar-se, embora com 35 anos completos de serviço, sem atingir os 50% como adicionais por tempo de serviço e, mesmo nessa situação, conti-

nuar ele ocupando um cargo em comissão pela necessidade que tem a administração pública de seu concurso e da sua experiência adquirida após tantos anos de dedicação ao serviço público.

Acontece, também, de o funcionário aposentado, vir a eleger-se para mandatos legislativos ou executivos, sem que possa por já estar aposentado, ter incorporado nos seus proventos de inatividade os adicionais que lhe faltaram para atingir os 50%.

Se esse funcionário já aposentado merece a confiança da administração para ocupar cargo comissionado, ou se merece a confiança da população que o elege e, assim, continua prestando seus serviços à coletividade, não há razão para que não lhe seja facultada a incorporação aos proventos da inatividade aos acréscimos de 5% por ano excedente aos computados para sua aposentadoria, até o limite estabelecido no "caput" do artigo 171, da Lei n° 6174/70.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 152/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, tem por finalidade alterar a redação do Art. 171, da Lei n° 6174/70, facultando ao funcionário aposentado antes de 35 anos de serviço que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivos, no Executivo ou no Legislativo, receber acréscimos anuais de 5% excedentes aos 30 anos até o limite de 25%.

De acordo com o Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual "compete privativamente ao Governador iniciar o processo legislativo das Leis que disponham sobre matéria financeira ...".

Nestas condições, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 152/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, o presente Plano de Lei visa alterar a redação do Art. 171, da Lei n° 6174/70, facultando ao funcionário aposentado antes de 35 anos de serviço que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivo, no Executivo ou no Legislativo, receber acréscimos anuais de 5% excedentes aos 30 anos até o limite de 25%.

Sobre a matéria houve o parecer contrário da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que, apesar da matéria acarretar aumento de despesas, merece consideração, uma vez que procura incorporar nos vencimentos do funcionário aposentado, e que continua merecendo a confiança da administração para ocupar cargo comissionado, os adicionais aos seus proventos de inatividade.

Assim sendo, somos pela apreciação favorável da matéria, uma vez que é possível sanar o vício de origem através da Sanção Governamental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N° 152/86

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, altera a redação do Art. 171, da Lei n° 6.174/70, permitindo ao funcionário aposentado antes de 35 anos de serviço, que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivo, no Executivo ou no Legislativo, receber acréscimos anuais de 5% excedentes aos 30 anos até o limite de 25%.

A medida visa beneficiar o funcionário que, mesmo depois de ter-se aposentado, continua a prestar serviços para o Poder Público.

A Douta Comissão de Finanças, mediante a proposta analisada, opinou favoravelmente em seu parecer, embora a Comissão de Constituição e Justiça tenha opinado contrariamente em seu parecer.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, julgamos ser justa a proposta opinando a dar continuidade à tramitação do referido Projeto de Lei nesta Colenda Casa, razão pela qual somos pela apreciação favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS - PRESIDENTE;

AMÉLIA HRUSCHKA - Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - ... Em discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira, ausente deste Plenário por suas obrigações, salvo engano, junto à União Parlamentar

Interestadual e junto ao Congresso Constituinte, propõe que se altere o artigo 171, da Lei n° 6.174/70, para a seguinte redação:

"Ao completar 30 anos de exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo dos vencimentos de 5% por ano excedente até o máximo de 25%.

O funcionário aposentado antes de completar os 35 anos de serviço para todos os efeitos, observado o que dispõe o § 2°, do Artigo 138 e, que continuar ocupando ou vier a ocupar cargos comissionados ou eletivos no Legislativo ou Executivo, terá incorporados aos proventos de inatividade os acréscimos anuais de 5% excedentes aos 30 anos, até o limite de 25% mencionados no "caput" deste artigo.

A incorporação destes acréscimos será imediata inclusive, para efeito de aposentadoria e disponibilidade e computada igualmente sobre a alteração dos vencimentos. No cálculo para efeito de pagamento adicional referido neste artigo será respeitada sempre a soma do vencimento acrescido do anteriormente definido.

Justifica o Senhor Deputado que por circunstâncias várias ocorre amiúde, o funcionário aposentar-se embora com 35 anos incompletos de serviço sem atingir os 50% como adicionais por tempo de serviço. E mesmo nessa situação, continuar ele ocupando um cargo em comissão, pela necessidade que tem a administração pública de seu concurso e de sua experiência adquirida após tantos anos dedicados à causa pública.

Vale aqui por exemplo, o argumento da experiência do Deputado Anibal Khury, que colocava no Projeto de Lei que anteriormente discutíamos a autorização para o Governo também poder contratar empréstimos frente às despesas correntes, porque o Deputado Anibal Khury com a sua experiência, já percebeu a necessidade orçamentária de se buscarem recursos externos.

Acontece também de funcionários aposentados virem eleger-se para mandatos Legislativos ou Executivos sem que possam, por já estarem aposentados, ter incorporado nos seus proventos de inatividade os adicionais que lhes faltaram para atingir os 50%.

Se este funcionário aposentado merece a confiança da administração para ocupar cargos comissionados, ou se merece a confiança de quem o elege e assim continuar prestando os seus serviços à coletividade, não há razão para que não lhe seja facultada a incorporação aos proventos de inatividade aos acréscimos de 25% por ano, excedentes ou computados para a sua aposentadoria até o limite estabelecido no "caput" do Artigo 171, da Lei n° 6.174/70.

Parece que a CCJ opinou pela rejeição

deste parecer de acordo com o artigo 47, inciso 1º da Constituição que compete privativamente ao Governador iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre a matéria financeira.

Não teve a CCJ o mesmo zelo quando encaminhou outros projetos louváveis desta Casa como um que acabamos de aprovar, qual seja a Lei Complementar nº 101/87. Já a Comissão de Finanças, em Parecer do Deputado José Afonso Júnior, referendado pelo Deputado Quielise Crisóstomo, pelo Deputado Cândido Bastos e por este Deputado ela aquiesce, pelo mérito desta Proposição do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Diz a Comissão, apesar da matéria acarretar aumento de despesas, merece consideração, uma vez que procura incorporar ao vencimento do funcionário aposentado e que continua a merecer confiança da administração, para ocupar cargo comissionado, os adicionais aos seus proventos de inatividade. Conclui a Comissão de Finanças, que a sanção governamental substituirá o vício de origem.

Tais coisas se votam, no momento em que, na Secretaria de Estado da Administração se faz uma Comissão de Investigação, pelo que se acusa de acúmulo de cargos, no momento em que, conforme denunciarmos aqui, citando uma professora aposentada, que serve no DER, muitos aposentados são incluídos no rol de acumuladores de cargos, quando eles estão vendendo pela segunda vez, a sua força de trabalho ao Estado, considerando que não é vencimento o que se recebe como provento de inatividade e considerando ainda a autoridade do Professor Eli Lopes Meireles, que no seu livro de Direito Administrativo, dá aos aposentados o direito de tornar a vender a sua força de trabalho, mais uma vez, recebendo também dos cofres do Estado.

Considerando tais coisas, e considerando a preocupação da Bancada da Situação, em perguntar ao Secretário de Estado da Administração, inclusive, tendo autorizado um Pedido de Informação, da minha autoria, se tais injustiças estariam mesmo acontecendo ou não, e também no sentido do concurso pela justiça social, que é uma das bandeiras do PMDB, como é do PDT, como é da Frente Liberal, como é de todos os Partidos, do PT, inclusive. Nós pedimos, encarecemos, que, mesmo na ausência do Deputado proponente vote esta Casa a favor desta matéria.

Me desculpem, Senhores Deputados, se me estendi no encaminhamento, mas eu acho que matéria desta importância, que mexe com o bolso oprimido do servidor e sobretudo do servidor que ainda apóia com a sua inteligência e com a sua energia o Paraná, merece, de nós outros, Discussão e energia, para o apoio.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está em votação o Projeto. Senhores Deputados que apóiam queiram levantar-se. REJEITADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 117/83, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA, com sede e foro no Município de Xambrê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 117/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Sagrada Família", com sede e foro no Município de Xambrê.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.83.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, se enquadra dentro das exigências legais para tal fim. Tem por objetivo geral, desenvolver ações que concorram para o atendimento da criança, não só dentro do conceito familiar, como também nas áreas de: educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

A documentação anexada ao presente, bem demonstra os reais serviços prestados à comunidade pela referida Associação.

Razão pela qual apresentamos o presente Projeto, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a sua Aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/83

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nelson Vasconcellos, declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Sagrada Família, com sede e foro no Município de Xambrê.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer Favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator.

1.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n° 69/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a isentar as Taxas de Energia Elétrica e Água a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, com sede e foro na Cidade de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria e PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N° 69/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, das taxas de Energia Elétrica e Água.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, é uma entidade que tem a finalidade de manter assistência dos inválidos, dirigir promoções em benefício dos carentes e colaborar com obras e iniciativas meritórias para tentar alcançar o bem estar de todos aqueles que necessitam de algum amparo ou que desejam ser úteis à coletividade.

Obedecendo a este paradigma de assistência, os nobres Pares podem avaliar as dificuldades de toda sorte com que a Associação tem se defrontado e é, portanto, merecedora das medidas propostas no presente Plano de Lei, pois os impostos e taxas arrecadados pelo Tesouro Estadual deverão ser retornados para o bem da pessoa humana.

A situação financeira da COPEL é uma das melhores do País, e bem assim da SANEPAR, por isso não vai afetar o seu patrimônio, a insignificante parcela financeira que tais isenções representam, mas por outro lado muito significará para esta entidade e seus necessitados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 69/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o presente Projeto de Lei tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo a isentar a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí, com sede e fo-

ro na Cidade de Paranavaí, das taxas de Água e Energia Elétrica.

Como se pode notar na própria justificativa, a medida é revestida de indiscutível mérito, pois visa fazer justiça social.

Estudando-se o artigo 25 da Constituição Estadual, entender-se-ia ser a matéria contida no Projeto de Lei em questão de competência pessoal do Chefe do Poder Executivo. Contudo, pela Súmula n° 5, do Supremo Tribunal Federal, que cita: "A sanção do Projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo. Já é entendimento majoritário confirmado pela abundância de precedentes de relevante questão social (tal como a matéria em tela o é) que a sanção governamental sana o eventual vício de origem. Além de tornar-se mister salientar que o referido Projeto de Lei é meramente autorizatório.

Portanto, não há sob este aspecto, óbice impeditivo.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 69/84

PARECER:

O Projeto de Lei que ora se apresenta, de autoria do ex-Deputado Osvaldo Furtado, propõe que o Poder Executivo isente das taxas de Energia Elétrica e Água, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí.

Analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, dela mereceu parecer favorável, embora haja expressado que a matéria é da competência do Poder Executivo e que a falta de iniciativa daquela autoridade será sanada com a respectivo sanção do projeto.

Esta Comissão, chamada a se pronunciar, não vê, de acordo com o entendimento daquela Douta Comissão de Constituição e Justiça, razões para obstacular o seu normal processamento e tramitação por esta Casa de Leis.

Nestas condições, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO -Pela Ordem - Requeiro verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem - Senhor Presidente, requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem - Senhor Presidente, retiro meu pedido.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem - Senhor Presidente, retiro o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 236/87, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER - ENSINO DE 1º Grau, no Município de Marumbi, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 236/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Joaquim José da Silva Xavier - ensino de 1º Grau, n Município de Marumbi.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.86.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 08 de maio de 1976. Desde então vem realizando aquilo que bem determina em seu Estatuto, ou seja, o de prestar auxílio quanto ao ensino, bem como o entrosamento entre pais, professores e alunos, para o bom desempenho do estudante na escola e sua sociabilidade perante a população.

A documentação que anexamos ao presente, preenche todos os requisitos da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1987, que dão normas para que uma entidade seja declarada de Utilidade Pública.

Isto posto, solicito dos nobres Pares desta Casa, o apoio para o presente Plano de Lei e sua posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/86

PARECER:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 236/86, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual - Joaquim José da Silva Xavier de Marumbi - APM, Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Marumbi, Estado do Paraná, solicito que o mesmo seja retido nesta Comissão, até que a entidade complete um ano de sua personalidade jurídica, o que ocorrerá na data de 14.10.87, segundo a documentação anexa para que posteriormente a Proposição venha a ser analisada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/86

PARECER:

De autoria da ilustre Deputada Irondi Pugliesi, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Joaquim José da Silva Xavier - ensino de 1º Grau, no Município de Marumbi.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 003/87, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FIDEPAR - AFIPAR, com sede em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. nº 10 de 09.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 003/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FIDEPAR - AFIPAR, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental

à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Lei nº 003/87, bem como seu arquivamento. **Aprovado.** Fica portanto, retirado e arquivado o Projeto de Lei nº 003/87.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 26/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, dispondo que o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral, uma vez eleitos, ficarão automaticamente à disposição da FEDERAÇÃO DE ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ - FESPEP, sem nenhum prejuízo funcional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. (Public. no DA. nº 24, de 30.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 26/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, dispõe que o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral, uma vez eleitos, ficarão automaticamente à disposição da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná - FESPEP, sem nenhum prejuízo funcional.

A medida visa atender reivindicação daquela entidade, resultando em melhor funcionamento da mesma, com benefícios para os servidores públicos, seus associados.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 26/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria

do Deputado Anibal Khury, dispõe que os ocupantes de cargos públicos uma vez eleitos para a Presidência, Secretaria Geral e Tesouraria Geral da "Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná - FESPEP", ficarão automaticamente à disposição da entidade sem nenhum prejuízo funcional para o mesmo, objetiva, em primeira instância, dirigir melhores resultados dos serviços prestados aos seus associados, os servidores públicos.

A matéria, após ser submetida a devida análise, não possui, no nosso entendimento, qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para seu trâmite nesta Casa de Leis, nesse sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.10.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Para encaminhar, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Nós recomendamos à nossa Bancada e à consciência do Paraná representada por esta Assembléia, que vote favoravelmente ao Projeto, pela idéia de que o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral da Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Paraná, não tenham prejuízo funcional quando do exercício do seu mandato.

Isso dará maior representatividade e maior poder, inclusive, de negociação dos representantes da classe, quando diante do estado empregador forem defender os seus direitos.

Aliás, nós aproveitamos para questionar pela vez primeira, porque depois faremos em detalhe, a medida diferente que o Senhor Governador vem dar à Mensagem que chega a esta Casa, em data de hoje, ou em data de ontem, de aumento do funcionalismo público do Estado.

Sobretudo, questionamos, porque por exemplo os funcionários da Assembléia são menos contemplados do que funcionários de outras categorias?

Isso não se faz por nível de ganho. Isso se faz por nível de locação, locação departamental. Então, não está aí, em voga, o critério famoso de "Rui Barbosa" num dos seus ímpetos, pré-socialistas, de que fazer justiça é tratar de maneira desigual aos desiguais.

Mas, está em julgamento um certo privilégio para algumas áreas do funcionalismo em detrimento de outras. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação o Projeto de Lei nº 26/87.
Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 155/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE GUARAPUAVA, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 82, de 12.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 155/87

PARECER:

O nobre Deputado Cândido Bastos, vem apresentar Projeto de Lei no qual propõe seja declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Guarapuava, com sede e foro naquele Município.

Pronunciamos-nos pela aprovação desta matéria, pois a mesma satisfaz os dispositivos na Lei nº 6994/78, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 166/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 59/87, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, os lotes que especifica com área de 4.011,53 m2 situados naquele Município, conforme matrícula n. 1707, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 85 de 18.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI N. 166/87

PARECER:

1. - Com o Plano de Lei ora examinado, o Poder Executivo pretende transferir, por doação ao Município de Jandaia do Sul, área pertencente ao Estado do Paraná e que servirá para a implantação de um Parque Industrial naquela comunidade.

2. - A medida encontra amparo na Constituição Estadual, notadamente em seu

artigo 21, inciso VIII, letra C, que define ser da competência e atribuição do Legislativo a autorização para o Estado alienar seus bens imóveis.

3. - Com isso, respeitada a Carta Magna e atendidas as exigências legais pertinentes à espécie, entendemos estar o Projeto em perfeitas condições de lograr manifestação favorável à sua aprovação, nos termos em que se encontra.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 166/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 59/87, o Projeto de Lei em tela tem por finalidade transferir por doação, ao Município de Jandaia do Sul, área pertencente ao Estado do Paraná e que servirá para a implantação de um Parque Industrial naquela comunidade.

De acordo com o artigo 21, inciso VIII, letra C, da Constituição Estadual, temos que:

"Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador:

VIII - autorizar:

c) - a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual, ou de terras devolutas de área superior a quinhentos hectares, observado o dispositivo no artigo 89, item IV, alínea a, da C.F.

A medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, vem atender os altos interesses não só da Administração como também da comunidade, visto que virá proporcionar mais empregos, bem como uma sensível melhoria na arrecadação da receita pública.

Assim sendo, entendemos estar o Projeto de Lei em perfeitas condições de receber o apoio necessário e a manifestação favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 166/87

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, originário da Mensagem Governamental n. 59/87, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a

doar ao Município de Jandaia do Sul, os lotes de terreno de números 12, 13, 14 e 15, da quadra n. 127, com área de 4.011,53 m², situados na Vila Paião na sede daquela municipalidade, e de propriedade do Estado do Paraná.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No âmbito desta Comissão de Terras, Colonização e Imigração, chamada a opinar, concluímos estar o Projeto devidamente justificado e em condições de ser apreciado por esta Casa.

Sendo assim, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N. 166/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, originário da Mensagem Governamental n. 59/87, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, os lotes de terreno ns. 12, 13, 14 e 15, da Quadra n. 127, com área de 4.011,53 m², situados na Vila Paião, na sede daquela municipalidade, e de propriedade do Estado do Paraná.

Conforme explicita a justificativa da mensagem, a doação proposta é do mais alto interesse, não só para aquele Município, mas para o Estado, uma vez que se destina à implantação do Parque Industrial de Jandaia do Sul.

O Projeto, portanto, nos parece altamente meritório, uma vez que visa possibilitar a implantação de indústrias em importante segmento de seu território.

Considerando, pois, seus objetivos e que a área a ser doada é de propriedade do Estado, nosso parecer é Favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei n. 166/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 167/87, de autoria do Poder Executivo Mensagem n. 63/87, que dá nova redação ao art. 2º da Lei n. 7.682 de 08.12.82. (Os imóveis objeto da doação de que trata esta Lei destinam-se exclusivamente, à constru-

ção de residências para famílias de baixa renda, construção de um asilo para velhos e construção de escolas profissionalizantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. C.O.P.T.C e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

(Public. no DA. n.º 85 de 18.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 167/87

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem Governamental n. 63/87), tem por finalidade dar uma nova redação ao artigo 2º da Lei n. 7.682 de 08.12.82, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Os imóveis objeto da doação de que trata esta lei, destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda, construção de um asilo para velhos e construção de escola profissionalizante."

Em análise da matéria, é importante "a priori" salientarmos que a referida doação ao Município de Foz do Iguaçu foi exclusivamente para construir as residências para famílias de baixa renda e para edificação de um asilo para pessoas idosas.

Contudo, o Município de Foz do Iguaçu quer utilizar parte da área citada para construção de uma escola profissionalizante que não tinha sido objeto no anterior projeto. E por isso enseja a alteração da redação do mencionado artigo, sendo que esta mesma escola profissionalizante visará formar mão-de-obra qualificada, preparando os jovens que nela ingressarem para as variadas funções e empregos que advirão da implementação do "Centro Industrial de Foz do Iguaçu".

Assim sendo, vimos como justo o pedido de alteração da redação do supracitado artigo no que tange ao interesse da comunidade daquele Município. Sendo o nosso parecer Favorável à aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 167/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, origina-se da Mensagem Governamental n. 63/87 e visa dar nova redação ao artigo 2º da Lei n. 7.682, de 08 de dezembro de 1982, definindo que os imóveis objeto da doação de que trata esta Lei destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda, construção de um asilo para velhos e construção de escola profissionalizante.

Objeto de apreciação por parte da Dou-
ta Comissão de Constituição e Justiça, me-
receu da mesma o necessário parecer favo-
rável.

No que deve esta Comissão de Finanças
observar, é importante considerar que a
medida proposta não implica em qualquer
aumento de despesa, pois trata-se, apenas,
de uma melhor adequação da utilização dos
imóveis doados.

Neste sentido, manifestamos o nosso
parecer favorável, opinando pela sua apro-
vação.

Sala das Comissões, em 28.10.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N. 167/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo da
Mensagem Governamental n. 63/87, tem a fi-
nalidade de dar nova redação ao art. 2º da
Lei n. 7.682 de 08.12.82 ("Os imóveis ob-
jeto da doação de que trata esta lei des-
tinam-se, exclusivamente, à construção de
residências para famílias de baixa renda,
construção de um asilo para velhos e
construção de escola profissionalizante").

A Doutra Comissão de Constituição e
Justiça analisando o aspecto constitucio-
nal e legal do mesmo, deu parecer favorá-
vel, devido ao interesse deste pela comu-
nidade de Foz do Iguaçu.

No mesmo sentido favorável foi o pare-
cer dado pela Comissão de Finanças, devido
se tratar meramente de melhor adequação da
utilização dos imóveis doados sem implicar
em aumento de despesa para o Poder Públi-
co.

No que compete a esta Comissão de
Obras Públicas, Transportes e Comunica-
ções, nada encontra que possa obstar a
tramitação deste pelos órgãos competentes
da Casa.

Isto posto, é o nosso parecer Favorá-
vel, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 167/87

P A R E C E R:

O Excelentíssimo Senhor Governador do
Estado, por intermédio de Projeto de Lei
que leva o n. 167/87, propõe a modificação
da redação do art. 2º, da Lei n. 7768, de

08 de dezembro de 1982.

Analisando a Proposição referida, con-
cluímos que, no que se refere à Comissão
de Terras, Imigração e Colonização, não há
nada que impeça a normal tramitação da ma-
téria.

Portanto, da mesma forma que as Comis-
sões de Constituição e Justiça, de Finan-
ças e de Obras Públicas, Transportes e Co-
municações, manifestamo-nos pela aprovação
da iniciativa.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
209/87, de autoria do Deputado GERNOTE KI-
RINUS, que declara de Utilidade Pública o
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MIS-
SAL, com sede e foro no Município de Mis-
sal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por
unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n°
92, de 01.09.87)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 209/87

P A R E C E R:

Através do Projeto de Lei que leva o
n. 209/87, o nobre Deputado Gernote Kiri-
nus pretende seja declarado de Utilidade
Pública o Sindicato dos Trabalhadores Ru-
rais de Missal, com sede e foro no Municí-
pio de mesmo nome.

Analisando a Proposição, bem como do-
cumentação anexa, constatamos que o mesmo
está em condições de ser aprovado, tendo
em vista preencher os requisitos da Lei n.
6994/78, que dispõe sobre normas para
declaração de Utilidade Pública.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
215/87, de autoria do Deputado VALDERI
MENDES VILELA, que declara de Utilidade
Pública o LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITA-
NO, com sede e foro no Município de Barbo-
sa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da
C.C.J., por unanimidade. Aprovado.
(Public. no DA. n° 93, de 02.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 215/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Valderi
Mendes Vilela, objetiva o presente Plano
de Lei, declarar de Utilidade Pública o
LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITANO, com sede

e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 216/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública o GRÊMIO ESPORTIVO MARNA, com sede e foro no Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n.º 93, de 02.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 216/87

P A R E C E R:

O nobre Deputado Paulo Furiatti vem apresentar Projeto de Lei que objetiva declarar de Utilidade Pública o Grêmio Esportivo Marna com sede e foro em Piraquara, no Estado do Paraná.

Analisando a Proposição, verificamos que a mesma está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 272/87, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que cria no Município de Iguaraçu, o Distrito Administrativo de Ângulo com sede correspondente ao atual Distrito Judiciário, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 114 de 13.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 272/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em anexo, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, objetiva a criação do Distrito Administrativo de Ângulo, no Município de Iguaraçu.

Satisfazendo as imposições legais, determinadas pelo artigo 8º, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios), e achando-se

a Proposição devidamente instruída com documentação exigida pela mesma Lei, não se encontra, no âmbito desta Comissão, impedimentos de ordem legal ou constitucional que possam obstar sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de parecer Favorável ao Projeto, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 272/87

P A R E C E R:

O nobre Deputado Quielse Crisóstomo vem apresentar Projeto de Lei que objetiva criar, no Município de Iguaraçu, o Distrito Administrativo de Ângulo, com sede correspondente ao atual Distrito Judiciário.

Analisando a documentação que acompanha a Proposição, concluímos que a mesma preenche os requisitos legais que regem a matéria, não havendo no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização nenhum impedimento à tramitação normal da iniciativa.

Assim sendo, somos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Relator

Eu vou fazer uma observação ao Plenário, este Projeto de Lei n. 272/87, foi anunciado para a Ordem do Dia, porém não saiu publicado por um lapso da Coordenadoria. Vou ler o conteúdo.

(Lê o Projeto de Lei n. 272/87).

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Este Deputado não ouviu o nome do Distrito Administrativo.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Distrito Administrativo de Ângulo, Município de Iguaraçu. Está em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO -- Do Projeto de Lei n.º 275/87, de autoria do Deputado Lauro Lobo

Alcântara, que declara de Utilidade Pública a Casa da Cultura de Pato Branco, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO. (Public. no DA. n° 116, de 15.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 275/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcântara, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Casa da Cultura de Pato Branco, com sede e foro na Cidade de Pato Branco.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 281/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROJETO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA CRIANÇA FELIZ, com sede e foro na Cidade de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO. (Publ. no DA. n° 117, de 19.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 281/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Criança Feliz, com sede e foro na Cidade de Palmital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente

HERMAS BRANDÃO- Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 283/87, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

DE TOMASINA - CODETOM, com sede e foro no Município de Tomasina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO. (Publ. no DA. n° 118, de 20.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 283/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TOMASINA - CODETOM, com sede e foro no Município de Tomasina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente

HERMAS BRANDÃO- Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 288/87, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na Cidade Capitão Leônidas Marques. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO. (Public. no DA. n° 120, de 22.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 288/87

PARECER:

O Projeto de Lei em análise, da lavra do ilustre Deputado Caíto Quintana, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na Cidade de Capitão Leônidas Marques, neste Estado. Visto sob o aspecto legal e constitucional, observa-se que o Plano de Lei atende aos preceitos estabelecidos pela legislação específica que regula a matéria, a Lei n° 6994, de 10.01.78, que exige a apresentação da Ata de constituição da entidade, Estatutos Sociais, Relatório de suas atividades e que não tenha por objeto, a obtenção de lucros.

Atendidas essas formalidades legais, somos de parecer favorável, opinando, conseqüentemente, pela sua aprovação.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR- Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

291/87, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Rodrigues Lopes Júnior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO. (Publ. no DA. n° 123, de 27.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 291/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem a finalidade de conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ RODRIGUES LOPES JÚNIOR.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar no que se refere ao aspecto legal e constitucional da matéria, constata que a mesma encontra-se regularmente e legalmente de acordo com a Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente
VALDERI MENDES VILELA-Relator.

Em votação:

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar a votação.

Senhor Presidente, apenas para fazer registro à Casa, que vai conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná à uma pessoa que tem dedicado quase toda a sua vida, em favor dos aposentados, o Presidente da Federação dos Aposentados do Estado do Paraná, o companheiro José Rodrigues Lopes Júnior, inclusive homem ligado às hostes do Partido da Situação, mas que este Parlamentar, pela atuação que faz também junto a esta Federação e reconhecendo o extraordinário trabalho que vem fazendo através do seu Presidente, da sua Diretoria, e que mais recentemente, em Brasília defenderam teses importantíssimas quando o próprio nosso homenageado foi guindado até uma posição de destaque nas discussões lá efetuadas durante um Congresso. É importante que esta Casa saiba que está concedendo uma honraria à uma pessoa que realmente faz por merecer, pelo trabalho que tem dedicado à classe dos Aposentados. Por isso, faz-se até desnecessário neste momento, descrever-se aqui uma biografia deste homem, nosso homenageado porque, eu tenho certeza, a maioria dos Pares nesta Casa conhece José Rodrigues Lopes Júnior, pessoa bastante identificada com os problemas da classe dos aposentados.

Por isso, queria apenas este registro,

para que esta Casa tomasse conhecimento pois, que não se trata de uma pessoa desconhecida, muito pelo contrário, trata-se de um homem realmente preocupado com aquela causa e que ocupa uma situação de destaque, hoje, no cenário nacional:

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Em votação, o Projeto de Lei n° 291/87. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 293/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO DANTE ALIGHIERI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no DA. n° 123, de 27.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 293/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal, pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente
GERNOTE KIRINUS-Relator.

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra para encaminhar a votação, ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para agradecer ao nobre Deputado Cândido Bastos, a importância deste Projeto de Lei em reconhecer a Utilidade Pública do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Dante Alighieri.

O Registro em Cartório, dessa Sociedade é de 12 de maio de 1950, no entanto sabe a História do Paraná e da Cidade, que já havia uma Sociedade de Beneficência Italiana, Dante Alighieri, desde o início deste século, salvo engano, talvez até desde o final do século passado quando começou a imigração italiana em larga escala, a partir da data de 1870, mais ou me-

nos.

Essa Sociedade Dante Alighieri, era responsável pela manutenção da cultura e da tradição italiana entre as famílias oriundas, aqui nos campos de Curitiba e no espaço urbano da Cidade.

Chegou mesmo a existir, na sua sede, na Praça Zacarias, uma pedra comemorativa da batalha de Monte Grappa, que, numa das brigas de "sangue-quente" entre os múltiplos imigrantes italianos, acabou sendo transportada pelo meu avô, depois de uma longa discussão, da Praça Zacarias, para a atual sede da Sociedade Garibaldi, à frente do Relógio das Flores.

Aliás, é das mais pitorescas a fotografia que tem o Arquivo da Cidade, como, também, é pitoresco o registro de que, quando da guerra, lamentável, entre o Brasil e as potências do Eixo, um grupo de patriotas entendeu que esse Monumento de Monte Grappa, fosse um monumento fascista, e de lá tentaram arrancar aquela Pedra, e, por mais que se esforçassem, não conseguiram porque está muito bem plantada na raiz do terreno do Alto do São Francisco.

Mas, a discussão entre os italianos, à parte.

A Sociedade Dante Alighieri é relevante no sentido de que possibilita inclusive, pela informação dos nossos moços e moças, o acesso à língua do maior poeta florentino; e mais do que isso, mais do que o acesso ao italiano clássico, estreita as nossas relações.

Possa, este Projeto de Utilidade Pública, Deputado Cândido Bastos, Senhores Deputados do Paraná, trazer, para a comunidade paranaense, a energia que tem a sociedade italiana, que conseguiu, depois de humilhada pela guerra, dar o que se chama em italiano de "sorpço" e hoje, estar mais forte inclusive do que a vencedora Inglaterra.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a matéria, Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Gostaria de registrar e comunicar à Mesa, para que conste nos Anais da Casa, a presença em Plenário, do Prefeito do Salto do Lontra, Senhor Nelci Maria, acompanhado do seu Secretário de Planejamento, Dalvo Querichi.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Da mesma forma Se-

nhor Presidente, a presença do Prefeito de Matelândia, declaro que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa anota com satisfação.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 296/87, de autoria do Senhor Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública, a SOCIEDADE ESPÍRITA MISSIONÁRIOS DO MESTRE - Com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 124, de 28.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 296/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Missionários do Mestre, com sede e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 297/87, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dispõe sobre divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, C.S.P., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 124, de 28.10.87)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 297/87

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, dispõe sobre divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica.

Ressaltam dos termos da justificativa apresentada o grande interesse público da medida, bem como sua oportunidade e mesmo conveniência.

Os requisitos formais e regimentais estão aqui presentes, inexistindo qualquer óbice ao prosseguimento da marcha processual do projeto.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO- Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 297/87

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, dispõe sobre a divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica.

Tendo em vista a grande eficiência e rapidez que tal medida irá trazer na recuperação de veículos furtados em nosso Estado, com a publicação de uma lista das apreensões, com todas as características dos veículos, realizadas em todo o território paranaense, trazendo com isso, também, a colaboração para a organização policial, dos maiores interessados na recuperação dos mesmos, seus proprietários e analisando o muito que irá representar ao setor de segurança pública, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBOGHETTI
Presidente e Relator.

Em votação.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiada, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 297/87

"Dispõe sobre divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica".

Acrescente-se, ao artigo 3° do Projeto, o seguinte parágrafo:

"§ ... - No prazo de 15 dias, a contar da data da publicação, as listas deverão ser encaminhadas aos principais órgãos de divulgação do Estado".

Sala das Sessões, em 24.11.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBOGHETTI

Apoio. Anibal Khury, Ferrari Júnior, Antônio Bárbara, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O número de veículos automotores furtados, cresce dia-a-dia, tanto na zona urbana como rural. Também as dificuldades de seus proprietários em reavê-los, aumentam dia-a-dia. A publicação da listagem dos veículos apreendidos, nos principais órgãos de divulgação do Estado, vai possibilitar àqueles que tiveram seus bens furtados, uma oportunidade de resgatá-los.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Eu gostaria de conhecer o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa dará conhecimento a Vossa Excelência, contudo não a colocará em votação hoje. Houve um lapso de nossa parte, apenas em 2ª Discussão.

Acrescenta-se ao artigo 3° do Projeto, o seguinte parágrafo: No prazo de 15 dias a contar da data de publicação, as listas deverão ser encaminhadas aos principais órgãos de divulgação do Estado. Autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

A Primeira Discussão do Projeto de Lei n° 297/87.

Em discussão.

Encerrada a discussão. Em votação.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 302/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ALTO TARUMÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA. n. 128, de 04.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 302/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ALTO TARUMÁ, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 303/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES DE GUARAPUAVA, com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA. n. 128, de 04.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 303/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARAPUAVA, sede e foro em Guarapuava.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 309/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pastor WADY BECHARA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n.129, de 09.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 309/87

P A R E C E R:

O autor do projeto em referência, Deputado Artagão Mattos Leão, visa a concessão de Título de Cidadania Honorária ao Pastor Wady Bechara.

O nobre Deputado proponente, traça, em sua justificativa, um retrato biográfico do homenageado, ilustrando, com detalhes, os primórdios de sua carreira, ainda como estudante, até colimar seu desiderato maior, a consagração pastoral.

O plano de lei, portanto, que se reveste de méritos elevados, objetivando tributar uma homenagem àqueles que, durante o longo dos anos, procuram dedicar e oferecer parte de sua vida em benefício das camadas mais sofridas, menos afortunadas.

Observa-se, pelas colocações feitas pelo autor, que o pastor Wady Bechara reúne todas as qualidades exaltadas no Projeto, face ao amor, o carinho, o trabalho e a dedicação que sempre dispensou na defesa dos interesses dos seus semelhantes.

Verifica-se, por outro lado, que sua atuação se manifestou e se manifesta em todas as áreas e campos da atividade humana, ora socorrendo alguém em momentos difíceis, ora levantando sua voz e abrindo o coração para orientar jovens viciados e desesperados.

Justo e merecido que se renda um pleito a homens da tempera, caráter e personalidade do Pastor Wady Bechara, que, tão somente, procurou transmitir a todos, a palavra de Deus, a sua fé e o seu amor.

Por essas razões, esta Comissão de Justiça se manifesta favoravelmente à

aprovação do Projeto de Lei n. 309/87, opinando pela sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 318/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Apucarana, a data de terras n. 19, da Quadra 3-A, naquela localidade, com área de 746,62m², sem benfeitorias, conforme transcrição n° 5.218, de 27.02.47, do Registro de Imóveis de Apucarana, sendo o referido lote de propriedade do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n. 129, de 09.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 318/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Apucarana, a data de terras n. 19, da Quadra 3-A, naquela localidade, com área de 746,62m², sem benfeitorias, conforme transcrição n° 5.218, de 27.02.47, do Registro de Imóveis de Apucarana, sendo o referido lote de propriedade do Estado.

A sobredita doação é da competência desta Augusta Assembléia Legislativa com a sanção do Senhor Governador, conforme o estabelecido no Art. 21, inc. VIII, letra "C", da Constituição Estadual.

A medida proposta irá atender reivindicação da comunidade apucaranesa, sendo por isso justa e meritória da positiva apreciação dos nobres Pares desta Casa.

Assim sendo, é o nosso Parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,
COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 318/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Apucarana, a data de terras n. 19, da Quadra 3-A, naquela localidade, com área de 746,62m², sem benfeitorias, conforme transcrição n° 5.218, de 27.02.47, do Registro de Imóveis de Apucarana, sendo o referido lote de propriedade do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Terras, Colonização e Imigração, chamada a opinar, concluímos estar o projeto devidamente justificado e em condições de ser apreciado por esta Casa.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 321/87, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PROLOCAR - ARLINDA MARIA SANTA CÂNDIDA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA. n. 131, de 11.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 321/87

P A R E C E R:

De autoria da ilustre Deputada Amélia Hruschka, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PROLOCAR - ARLINDA MARIA SANTA CÂNDIDA, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 327/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL "VÓ DURVINA", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA. n.º 132, de 12.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 327/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Gernote Kirinus, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL VÓ DURVINA, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria,

inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 329/87, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria o Município de DIAMANTE D'OESTE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N. 329/87 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado o Município de Diamante D'Oeste, "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado dia 29 de novembro de 1987, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do Município de Matelândia, com as seguintes divisas:

"Começa na confluência dos rios São Francisco Falso Braço Norte e São Francisco Braço Sul, subindo por este até a foz do Rio São João ou Roselito, pelo qual sobe até alcançar a divisa entre os lotes 21-22, de onde segue pelas divisas 20-23-, 18-23, 18-24, 17-24, 17-13, 13-12 12-9, 7-8 e 6-8, todos na Gleba n. 3, Primeira e segunda partes da Colônia Rio Quarto, atingindo aí o Rio Santa Cecília, de onde por uma linha seca rumo noroeste alcança a nascente do Rio Barra Funda, e por este abaixo até sua foz no rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce até sua confluência com o Rio São Francisco Falso Braço Sul, ponto de partida."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O plebiscito visando consulta à população para criação do pretenso Município de Diamante D'Oeste, foi marcado para o dia 29 de novembro do corrente, pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

Tendo em vista a exigibilidade de tempo para aprovação do presente desta sessão legislativa, tomamos a liberdade de apresentar este projeto que sem dúvida, deverá atender a grande totalidade da população residente na área.

Salientamos que o atendimento de todos os requisitos exigidos pela legislação levou tal pretensão ao atual estágio, isto é, faltando apenas o resultado da consulta plebiscitária.

Pode se avaliar o resultado de tal consulta pelo volume de assinaturas e a representação na comunidade.

Nesse sentido, é que elaboramos o presente plano de lei que objetiva "ad referendum" do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução n.º 22/87, a criação do Município de Diamante D'Oeste, para o qual contamos com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n. 329/87.

P A R E C E R:

I. Projeto de lei de autoria do Deputado David Cheriegate, criando o Município de Diamante D'Oeste, "ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado no dia 29 de novembro de 1987.

II. Na justificativa do projeto, o autor esclarece a necessidade de se criar o Município de Diamante D'Oeste, "ad referendum" do plebiscito, em virtude da proibição legal de se criar novos municípios em ano eleitoral, sendo que, obedecido o trâmite normal, será impossível nesta legislatura.

III. Em nosso entendimento não se restes de ilegalidade, bastando somente a população confirmar a intenção de criar o novo município, para que sejam atendidas todas as exigências legais.

IV. Neste sentido, nosso parecer é favorável à aprovação do presente projeto.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator.

- Em votação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o retorno do mesmo à CCJ, para o reexame da matéria. Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - O requerimento solicita a devolução à CCJ para reexame. Solicito a Vossa Excelência, em qual artigo do Regimento Interno está embasado tal requerimento?

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Para esclarecer o requerimento.

O motivo do nosso requerimento, Sr. Presidente, é com base no artigo 67, do Regimento Interno. Porquanto o projeto prevê que esta matéria seja aprovada "ad referendum" do plebiscito que vai se realizar no próximo dia 29. E, como a matéria é complexa e sobre a mesma existe outro projeto de origem, nesta Casa, é o objetivo do nosso requerimento, que retorne à Comissão para que a mesma reanalise e dê seu veredito no final.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento.)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Eu solicito a Vossa Excelência que aguarde um instante, por gentileza.

A Mesa informa a Vossa Excelência, ilustre Deputado, que realmente o requerimento proposto não procede, e esta Mesa não o aceita, pois a CCJ já fez a sua observação e regimentalmente não há como dar o atendimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Parece-me que Vossa Excelência está sendo um pouco precipitado ao dizer que esse requerimento não procede, porque foi aprovado neste Plenário um idêntico, mandando retornar à CCJ o projeto de lei que cria o Município de Palmeirinha, de minha autoria.

Foi feito um requerimento pelo mesmo Deputado Cândido Bastos, sendo aprovado por este Plenário, com o acordo da Presidência desta Casa. Não se pode usar dois pesos e uma medida, usemos dois pesos e duas medidas.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela ordem) Sr.

Presidente, vou encaminhar requerimento a esta Casa pedindo a reinclusão do referido projeto na sessão de segunda-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em discussão o projeto em si.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) E o requerimento apresentado, Vossa Excelência não coloca em votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa deixou de receber o requerimento, Excelência, porque não tem amparo regimental.

(conversas paralelas)

A CCJ recebeu o Projeto e deu o Parecer, constando, inclusive da pauta.

(conversas paralelas)

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Vou ler o teor do artigo a que me reporte.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa solicita a Vossa Excelência para aguardar um instante, por gentileza.

O projeto figurou na pauta durante as sessões regimentais, nenhum Deputado manifestou-se, e quando entra na Ordem do Dia, regimentalmente, não há amparo para a sua retirada, Excelência.

Em votação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Solicitaria a benevolência da Presidência da Casa, a fim de que nos esclareça bem a respeito da sua decisão. A meu modo de entender, estou baseado no Regimento Interno, e sendo assim o nosso requerimento procede, porquanto esta Casa, já em diversas oportunidades, tomou pelo mesmo motivo decisões idênticas com base no que me referi no meu requerimento.

Eu pediria, por gentileza, à douta Presidência, que me esclarecesse o motivo que Vossa Excelência não está aceitando o requerimento, se ele é regimental de acordo com o artigo 67 do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Excelência, o artigo 67 não procede, porque somente lhe daria guarida se esse projeto não houvesse passado pelo crivo da CCJ, e como ele teve o seu trâmite legal, figurou na pauta normalmente, onde poderia ser solicitado, e nós estamos apenas seguindo a orientação regimental.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Ainda continuando com minha palavra Pela Ordem, se Vossa Excelência houver por decidir não aceitar o requerimento desta forma, que a meu modo de entender e já por decisões anteriores, diversas vezes esta Casa optou e aceitou, no mesmo sentido.

Ainda na sessão de ontem, aconteceu idêntico processo e esta Casa aceitou, naturalmente eu me curvarei à decisão da Presidência da Casa; mas, no meu modo de entender, a sua decisão não está coerente com as decisões anteriores tomadas por esta Casa.

Agora eu solicito da Presidência, democraticamente, que coloque à decisão do duto Plenário desta Assembléia Legislativa, o requerimento com base no que me referi.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Gostaria de solicitar à Mesa, para evitarmos o impasse de recurso ao Plenário.

E, inicialmente, quero dizer que concordo plenamente com a decisão da Mesa, porque não há fato novo algum no Projeto, e é um Parecer da CCJ, portanto, não se justifica o seu retorno; que o autor o transforme num pedido de retirada, por três sessões, e Vossa Excelência pusesse em votação no Plenário, para superarmos o impasse gerado entre a decisão...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a palavra o autor do projeto.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu gostaria de

solicitar que colocasse o Projeto em votação, já que Vossa Excelência reafirmou por várias vezes que não procedem os pedidos anunciados.

(conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa informa a Vossa excelência que agradece a compreensão do Líder da Bancada do PMDB, com a tomada de decisão e há sobre a mesa o requerimento do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, que procede e é regimental, solicitando a retirada por cinco sessões, do Projeto de Lei n. 329/87.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Gostaria de salientar que desta feita, o requerimento foi amparado, porque não há como tirar um requerimento do plenário, a não ser através de requerimento feito pelo Deputado Nestor Baptista. Por isto, mantive a nossa questão de ordem e concordo com o requerimento; agora, se votarei a favor, ou não, isto é outro problema.

Agora, sim, está amparado no Regimento Interno, segundo o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Nestor Baptista.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Para discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O requerimento somente é votado, Excelência, não se discute.

O Sr. Nestor Baptista, está em votação.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Para encaminhar, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Dez minutos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu só gostaria, Senhor Presidente, de um esclarecimento. Fica definitivamente decidido, que o Projeto de Lei, colocado na Ordem do Dia, não pode retornar mais às Comissões, por solicitação dos Senhores Deputados.

Eu gosto que fique bem esclarecido, porque tenho interesse nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Pois não. Desde que a matéria tenha sido votada, discutida e apreciada pelas Comissões, ela não retorna. Excelência. Ela poderia retornar, ela poderia ...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Atenderemos a solicitação de Vossa Excelência mas quando a Presidência fala, há necessidade de se aguardar a condição é regimental também. Se esta matéria não tivesse passado pela Comissão, iria tranquilamente, por decisão do Plenário, à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Agradeço Senhor Presidente, porque isto vem me esclarecer, e também aos demais Deputados; porque há poucos dias atrás, como já disse, o Projeto de minha autoria, já em 2ª Discussão, por requerimento do próprio Deputado Cândido Bastos, voltou à apreciação da C.C.J..

Então, eu solicito desde já a Vossa Excelência e requeiro que este projeto de Palmeirinha, que foi por requerimento do Deputado Cândido Bastos, à C.C.J., seja colocado imediatamente na Ordem do Dia, inclusive, de manhã, se for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa anota.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Pela ordem, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, desejo, ainda, comentar a respeito da origem do nosso requerimento. O que acontece, neste caso, Senhor Presidente, o artigo 67 não determina, o que Vossa Excelência acabou de esclarecer à Casa, porque é claro, qualquer Deputado poderá requerer por escrito à Assembléia, a audiência de uma Comissão sobre determinado assunto como é o nosso, ... entretanto, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Presidência já se informou. Basta dar o seu parecer.

Está em votação o Requerimento do Deputado Nestor Baptista.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presiden-

te?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Pois não.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, estou aguardando para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhores e Senhoras Deputados, solicitei para encaminhar este requerimento em questão, com objetivo fundamental de trazer um esclarecimento aos Deputados que compõem esta Assembléia Legislativa.

O Projeto em questão, que apresentamos há 10 dias atrás, foi para tentar corrigir uma grave injustiça que se fará contra as lideranças e o povo de Diamante do Oeste, porque um Projeto apresentado pelos ex-Deputados Tércio Albuquerque e José Fonseca que propuseram a criação do Município de Diamante do Oeste, que transitou nesta Casa, recebendo o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, foi encaminhado ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral e este Tribunal, marcou a realização do plebiscito para o próximo dia 29 do corrente mês. E nós todos sabemos que a população de Diamante do Oeste vai votar, maciçamente, favorável à criação deste futuro município e nós, a Assembléia Legislativa, com a realização do plebiscito no dia 29 e com o término do período ordinário das sessões para o dia 5 de dezembro, não existia e não existe condições de depois de votada em plebiscito, não há espaço físico para que a Assembléia Legislativa do Paraná possa referendar e aprovar, devidamente, a criação daquele Município.

E eu chamo a atenção dos Senhores Deputados para, talvez até um crime que se comete contra àquela população, que perante a atual legislação aprovaria a criação do Município no próximo dia 29 e como a legislação não permite que em ano eleitoral a Assembléia Legislativa vote Projeto que proponha a criação de município, mesmo aprovando a criação deste município, no próximo dia 29, a Assembléia Legislativa, só poderia analisar este Projeto a partir do ano de 1989. E aquela população, mesmo aprovando a criação do seu município, só terá condições de eleger e instalá-lo a partir do ano de 1993.

Acredito, Senhores Deputados, que a aprovação, neste Plenário, do requerimento do Deputado Líder do Governo desta Casa, retirando este Projeto que nós apresentamos, para coroar inclusive, um acordo superpartidário que envolveu a população de

Diamante do Oeste, e traz a esta Assembléia Legislativa a presença do atual Subchefe da Casa Civil, ex-ilustre Deputado José Fonseca.

Traz também a esta Casa, o Prefeito do Município mãe, deste Município, o ilustre Prefeito de Matelândia, Zeca Lorenzon, que vem aqui além de dar o seu apoio a essa nossa iniciativa, pedir aos Deputados desta Assembléia que tenham a oportunidade de, aprovando esta minha proposição, a qual pela primeira vez na Assembléia Legislativa propõe seja aprovado o Município "ad referendum" do resultado do plebiscito que será realizado no dia 29 porque é, ilustres Deputados, a única oportunidade que o povo de Diamante do Oeste terá de corrigir uma injustiça que se fará e que merecerá, sem sombra de dúvidas, o futuro daquela localidade que vive hoje às vésperas da realização do plebiscito, o seu desejo de uma conquista que defendem há muitos anos de emancipar o Distrito de Diamante do Oeste.

E eu peço e até imploro ao Deputado Nestor Baptista que retire este seu requerimento porque nós não temos dúvida que, se o nosso Projeto for retirado da Ordem do Dia por 5 sessões, não teremos mais neste período legislativo a oportunidade de dar àquela população um direito que a Comissão de Constituição e Justiça já referendou e um desejo que, inclusive o Governador Álvaro Dias já manifestou de, se a Assembléia Legislativa aprovar este Município, ele irá sancionar o Projeto, dando condições para que Diamante do Oeste no ano que vem possa realizar eleições livres e soberanas para escolher o primeiro mandatário.

Eu peço, ilustre Deputado Nestor Baptista, que Vossa Excelência retire este requerimento porque será sem sombra de dúvida que marcará indelevelmente na memória da população de Diamante, que foi Vossa Excelência o responsável pela não criação de mais um Município na Região Oeste do Paraná.

Eu peço aos Senhores, a todos os Deputados desta Assembléia que possamos votar contrariamente ao requerimento do Deputado Nestor Baptista, para que realmente a vontade do povo do Paraná seja concretizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação o requerimento.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pode até parecer estranha a minha posição em defesa deste Projeto do Deputado David Cheriegate. Mas a faço de coração e empenhado na vontade de que aconteça a realização esperada do povo de

Matelândia; e se faço também é em nome do Vereador Mário Costenaro daquela comunidade, o qual se empenhou junto ao meu gabinete para que eu desse o meu apoio ao Projeto do Deputado David Cheriegate. Sabemos nós, que o pedido do Vereador Mário Costenaro foi feito através dele, mas é o pedido daquela comunidade, do senhor Prefeito Municipal que aqui está presente, dos seus Pares daquela Câmara Municipal que querem ver realizada a vontade do povo do Distrito de Diamante do Oeste.

Sabemos nós que esta casa deve aprovar a criação de um novo Município, desde que estejam preenchidos todos os requisitos da Constituição do Estado do Paraná para a criação de um novo Município.

E esses requisitos foram preenchidos, portanto, é possível e viável a criação desse Município.

Nós entendemos esta Casa, quando tenta privar a vontade de um povo que tem vontade de progredir, crescer e desenvolver quando se fala tanto em progresso e apoio às comunidades interioranas.

Portanto, Senhores Deputados, concordo plenamente com a proposição do Deputado David Cheriegate e a faço minha também. E que o Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo nesta Casa, retire o seu requerimento. E, se ele persistir, que votemos contra; mas, em favor da vontade de um povo que quer progredir e vencer.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação o requerimento do Deputado Nestor Baptista.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, mesmo sendo membro da Bancada do PMDB e normalmente acompanhando a votação e a orientação do Líder do meu Governo, eu quero manifestar aqui, Senhor Presidente, a nossa contrariedade ao requerimento do Líder Nestor Baptista. Porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós somos lá do Oeste do Paraná e conhecemos a realidade do Município de Matelândia e do Distrito em vias de emancipação.

É um dos poucos Distritos, Senhor Presidente, em que há unanimidade na comunidade, do Senhor Prefeito, dos Senhores Vereadores e de todas as lideranças que desejam a emancipação de Diamante do Oeste e que vem a atender os interesses da sede urbana do Município e também do Distrito emancipacionista.

O Deputado Nestor Baptista tem que saber disso: que o Distrito se encontra a uma distância de mais de 60 quilômetros da sede do Município, e na área mais quebrada do Município, de difícil acesso.

Por isso, Senhor Presidente, eu peço aos companheiros de bancada do PMDB e dos

outros Partidos que votemos contrário a este requerimento porque precisamos apoiar o que é do desejo do povo, onde não existe divergência. Esta é a unanimidade de um povo que deseja ver os seus problemas resolvidos.

E aqui, meu Líder Nestor Baptista, com todo o respeito e apreço que tenho por Vossa Excelência, neste momento, peço em nome do Prefeito Zecão, em nome do Deputado Antônio Fonseca, hoje, na subchefia da Casa Civil, em nome do povo de Matelândia e do Distrito Diamante do Oeste, de apoio ao Projeto e rejeição ao requerimento.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em votação o requerimento do Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Para encaminhar)
Senhor Presidente, eu apenas gostaria de esclarecer, porque nós temos aqui a proposta do prefeito Lorenzon, ao qual dedicamos profunda admiração, ao ilustre e não menos ilustre como disse o Deputado David Cheriegate, mas, ainda ilustre ex-Deputado José Fonseca.

Apenas como observávamos aqui em sessões passadas, quando tivemos, inclusive, até desentendimento interno na Bancada do PMDB na retirada de projetos criando Municípios, voltando para as Comissões, para que aguardássemos até a próxima segunda-feira. E, após o resultado auferido no plebiscito que será realizado no próximo dia 29, sem pressa, com conhecimento do projeto que preenche todos os requisitos para a sua criação, restando tão somente o plebiscito a ser realizado no próximo dia 29. Temos ouvido sistematicamente nesta Casa, que se atropelam as Mensagens, os Projetos; que companheiros não são respeitados e não são atendidos e eu muito longe de fazer qualquer tipo de demagogia, distante de qualquer histerismo e muito longe de atender qualquer apelo que me foi feito pelo Deputado David Cheriegate, quero colocar que esta Casa precisa aguardar apenas o plebiscito no próximo dia 29.

E aí, o Projeto será colocado para apreciação do Plenário e tenho absoluta certeza, para tranquilidade do ilustre Prefeito Lorenzon, apenas faltando este requisito que é mais que necessário para que se tenha a criação de um novo Município e para que não tenhamos a reação do companheiro Deputado Artagão Mattos Leão, que viu a proposta de criação de um Município seu, retirada da Ordem do Dia, após o pedido do Deputado Cândido Bastos para que voltasse às Comissões. E, lamentavelmente, nós temos observado desde ontem nesta Casa, que se vota uma coisa e se

aplica outra, tem um resultado e se tem a informação de um outro resultado; o próprio Deputado Artagão Mattos Leão colocava bem: dois pesos e duas medidas. Por que tanta pressa? Já há a marcação do plebiscito para o dia 29. Implorava-me o Deputado David Cheriegate, há uma música antiga que diz: "implorar, só a Deus, mesmo assim, não sou atendido". Por isso é que o requerimento está em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar)
Senhor Presidente, parece-me, tenha eu, por ter sido eleito aqui pela Capital, maior isenção de ânimo e maior serenidade para entender essa questão.

Eu, efetivamente, não entendo porque o Senhor Líder do Governo, não deixa que a Comissão de Constituição e Justiça seja respeitada na sua decisão e não permite que avance este Projeto, porque de resto, esta Casa é a casa do Povo e como se vai fazer uma consulta ao povo no próximo domingo, há o tempo necessário e em o povo rejeitando a criação do Município de Diamante do Oeste, de, na 4. Discussão, nós rejeitarmos o Projeto de Deputado David Cheriegate.

Há tempo necessário, porque nós vamos ter sessão na quarta e quinta-feira e na segunda-feira, irá para a 4. Discussão e poderíamos rejeitá-lo.

Poderíamos também, eu acho, conforme o resultado negativo do plebiscito, vamos para essa hipótese, na Comissão de Redação Final ou na sua discussão rejeitar isso.

Eu imagino que não há porque não se deixe avançar, pois se a população optar pela criação do Município, por sua separação de Cascavel, ela vai ter a oportunidade democrática de eleger o seu Prefeito no ano que vem. Caso contrário, será uma população cassada por 4 anos, e, cassada pela Casa do Povo, pela Assembléia. De mais a mais, se é verdadeira a informação do Deputado David Cheriegate e me parece respaldada pelo Deputado Paulino José Delazeri, este de maior convívio palaciano de que o Senhor Governador Álvaro Dias tem a disposição de autorizar a que brilhe esse diamante na constelação dos Municípios do Estado, portanto, não há porque se negue a possibilidade da população de ter o seu Município, com brilhantes eleições e sem jaça, do vício autoritário que não compete a nós, Deputados, colocar nos diplomas legais.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Em votação o requerimento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para enca-

minhar) Eu gostaria de esclarecer que o próprio projeto já menciona, Excelência, que o Município de Diamante do Oeste, será criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, já está incluído no Art. 1º, do Projeto n. 329/87. Portanto, razão assim Senhor Deputado Rafael Greca, quando diz que, em sendo negativo o plebiscito o projeto deverá ser arquivado. Era isso ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação o requerimento do ilustre Deputado Nestor Baptista. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento permanecem como estão. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Procederemos à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito verificação nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência está solicitando chamada nominal?

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, se não estou enganado, votação nominal tem que ser feita por escrito e tem que ser submetida ao Plenário para aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Prossegue a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Eu concordo plenamente de que o Regimento Interno diz isso, que tem que ser escrito, portanto, quero me manifestar favorável à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Nestor Baptista, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezesseis Senhores Deputados rejeitam.

Sete Senhores Deputados aprovam.

Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Em discussão o Projeto. Encerrada a discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)
Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Vereador do Município de Piraquara, presidente da Câ-

mara Municipal daquele Município, dos Vereadores Nelson Luiz da Silva e Marco Antônio Pimentel, ambos do PMDB, que nos dão o prazer da visita hoje, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa anota com prazer.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está prejudicando o requerimento do Deputado Nestor Baptista.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu requeiro seja colocado na Ordem do Dia o meu Projeto de Lei n. 89/87, que já tramitou pelas diversas Comissões e que disciplina a prestação de contas das entidades assistenciais que mantêm o convênio com a CLASPAR e com o Governo do Estado. Este Projeto teve o seu Regime de Urgência aprovado, e precisa ser aprovado ainda nessa Legislação. Eu requeiro que ele seja colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa anota e encaminha ao Departamento competente para que o Projeto conste da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Armando Canavarro Filho, ocorrido no dia 24 de novembro do corrente ano, no Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 311/87, que denomina Darcy Borges da Silveira, a Rodovia PR-427. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3. Discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, para que se viabilize melhoria na aposentadoria do trabalhador rural. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "Empresário na Presidência - a melhor opção", publicado

no Jornal "Gazeta Mercantil". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo reforma no Colégio Estadual "Padre Cirilo", no Município de Capanema. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal "Estado do Paraná", sob o título "Sucessão e presidencialismo". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que o Município de Marialva, seja elevado de Comarca Inicial, para Comarca Intermediária. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos funcionários desta Casa: Murilo Sérgio Joaquim, Ademir Antônio dos Santos e Narciso Assumpção, pela participação e colaboração no Seminário de Reflorestamento do Noroeste do Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, com apoio dos Senhores Deputados Raul Lopes, Sabino Campos, Luiz Carlos Alborghetti e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo a realização de um plebiscito nacional, sobre o sistema de governo a vigor após a Assembléia Nacional Constituinte. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, sob o título "Quanto custa o Parlamento aberto"? Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Marmeleiro, pela passagem do aniversário de sua emancipação política. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão do Distrito de Jacaré, no programa de Pavimentação de estradas com pedras irregulares, fazendo novo traçado para que esta passe no Distrito de Jacaré, no Município de Francisco Bel-

trão e Itapejara do Oeste. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, para que se viabilize a construção de um prédio de alvenaria destinado à Agência de Rendas do Município de Cruzeiro do Sul. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Inspeção Regional de Ensino, que funciona na Escola Estadual Estella Marins, no Município de Alto Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a construção de uma sala de aula, na localidade de Ribeirão Vermelho, no Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um (01) mini-posto de saúde, na localidade de Cerrinho e Cai-de-Baixo, no Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a construção de um mini-posto de saúde na localidade de Descoberto, no Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a construção de módulos policiais, nas localidades de Cerrinho, Cachoeira do Ipanema e Doce Grande no Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a construção de um Grupo Escolar na Vila Prado, no Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo obras de pavimentação asfáltica na estrada que liga os Municípios de Quitan-

dinha a Contenda, via Distrito de Catanduvas. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o apoio do D.E.R., encarrecendo a recuperação da pavimentação na sede do Município de Quitandinha, inclusive na Praça da localidade de Cachoeira de Ipanema. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a ampliação em mais uma sala de aula, na escola Rural Municipal Nova Descoberta, no Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n. 52/87, que autoriza a realização de plebiscito entre os moradores do Distrito de Ouro Verde, no Município de Toledo. Encerrada a discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela ordem) Senhor Presidente, só para anunciar a honrosa presença nesta Casa, do Senhor Vereador José Gorski, Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, na Câmara Municipi-

pal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa anota com prazer.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n° 101 e 307/87.

e do Projeto de Lei n. 254/87

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 117/83, 236/86, 26, 155, 166, 167, 209, 215, 216, 272, 275, 281, 283, 288, 291, 293, 296, 297, 302, 303, 309, 318, 327 e 329/87.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 351/87

e dos Projetos de Lei ns. 183/87, 300/87, 305/87, 308/87, 350/87

e dos Projetos de Resolução de ns. 74/87 à 79/87, 87/87

Levanta-se a sessão.